

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR

FUNDAMENTAÇÃO DA FILOSOFIA NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*:
REGRAS METODOLÓGICAS

Marcelo Aparecido Vieira

São Carlos

2020

MARCELO APARECIDO VIEIRA

**FUNDAMENTAÇÃO DA FILOSOFIA NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*:
REGRAS METODOLÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em filosofia da Universidade Federal de São Carlos para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

São Carlos

2019



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Marcelo Aparecido Vieira, realizada em 03/03/2020:

Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos
UFSCar

Profa. Dra. Celi Hirata
UFSCar

Prof. Dr. Gerson Luiz Louzado
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Departamento de Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade e apoio ao desenvolvimento de minha pesquisa. À todos os professores e professoras do Departamento de Filosofia.

À CAPES, pela concessão da bolsa para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a minha pesquisa de mestrado.

Ao professor Paulo Roberto Licht dos Santos por ter aceito me orientar desde a graduação; à sua incansável dedicação, compreensão e também à sua amizade nesses anos turbulentos de pesquisa.

À minha família, principalmente minha mãe, por acreditar que mim. Por seu amor. Por seu apoio inabalável em minha teimosia de me dedicar à filosofia!

Aos meus amigos, aos de minha cidade Porto Ferreira e, aos que fiz em São Carlos, dentro e fora da universidade; por me ouvirem dissertar por horas a fio sobre a filosofia kantiana sem nunca me repreenderem.

Agradeço aos integrantes do “Grupo de estudos: Kant”, que além de serem pessoas maravilhosas são excelentes pesquisadores; as discussões que tivemos no Grupo Kant contribuíram muito para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Kant nos chamou a atenção para o fato de haver uma crítica da razão e de esta faculdade, que é a mais elevada que o homem possui, ter bons motivos para ficar atenta a si mesma. Que grande vantagem esta voz nos trouxe, isto é algo que cada um pode colocar em si mesmo à prova.

Johann Wolfgang von Goethe, *Máximas e Reflexões*

RESUMO

Esta Dissertação propõe investigar o próprio método da *Crítica da razão pura*, tal como ela o expõe na Doutrina Transcendental do Método, para a fundamentação da filosofia como ciência. É tese kantiana, do período pré-crítico até o período crítico, que a filosofia ainda não está dada nem constituída como ciência, sendo apenas ideia de uma ciência possível; se a filosofia ainda não está dada, uma das principais tarefas da *Crítica da Razão Pura* é a de propor uma fundamentação sistemática ou integral da filosofia como ciência. O problema que esta Dissertação procura investigar é o método que a própria *Crítica da razão pura* adota para realizar essa tarefa. Duas leituras, divergentes entre si, permitem compreender melhor o problema aqui proposto e a solução que procuramos lhe dar. Schelling objeta que Kant, por recusar uma a *doutrina da construção* para a própria filosofia, não conseguiria fundamentá-la. Já Gérard Lebrun propõe que a fundamentação da filosofia proposta por Kant se encontraria não na lógica-formal, como fio condutor da investigação crítica, mas na própria *reflexão como método da filosofia*. Contra essas duas leituras, esta Dissertação procura mostrar que, a fundamentação da filosofia proposta por Kant se encontra precisamente no método crítico tal como exposto na Doutrina Transcendental do Método da *Crítica da Razão Pura*. Nossa hipótese é que a fundamentação exigida pela crítica é possível não pela construção de conceitos nem pela reflexão de caráter pré-lógica, mas em razão das *regras metodológicas* tais como fundadas em nossas faculdades de conhecimento e extraídas das *formas do próprio pensar*. Que em última análise é: o pensar por regras.

Palavras-chave: Fundamentação da filosofia; Doutrina do método; Regras metodológicas; Uso discursivo; Síntese por conceito.

Sumário

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA: A FUNDAMENTAÇÃO DA FILOSOFIA E AS REGRAS DO MÉTODO	4
1 – EMANCIPAÇÃO DA FILOSOFIA EM RELAÇÃO A MATEMÁTICA.....	16
1.1 – O negativo no conhecimento: <i>disciplina</i>	18
1.2 – Matemática pura e a construção de conceitos	20
1.3 – A diferença entre a <i>forma</i> de conhecer da Matemática e da Filosofia.....	23
1.4 – Dois tipos de conhecimento e a exigência crítica de dois métodos.....	26
1.5 – Dois usos da Razão: Intuitivo e Discursivo	34
1.6 – A Filosofia como <i>Disciplina</i> para a Razão	42
1.7 – <i>Regras para o uso correto</i> da Matemática em contraposição com regras (metodológicas) da fundamentação da Filosofia	45
2 – AS REGRAS METODOLÓGICAS COMO O FUNDAMENTO DA FILOSOFIA	55
2.1 – Como é possível uma “Síntese transcendental por meros conceitos”?.....	56
2.2 – As notas características e as regras metodológicas da Filosofia	61
2.3 – A fundamentação da Filosofia repousa em explicações, princípios discursivos e provas acroamáticas (regras metodológicas)	63
CONCLUSÃO	69
APÊNDICE AO PROBLEMA DO MÉTODO NA FILOSOFIA KANTIANA NA DÉCADA DE 1760	73
I. O <i>método</i> como um problema filosófico	73
II. Filosofia, método e regras: o modo distinto de proceder em relação a matemática (1762/64).....	77
III. A pergunta pela certeza na filosofia exige as regras metodológicas	85
IV. Uso de regras metodológicas.....	87
V. Método e regras: aplicação do método analítico na filosofia	90
BIBLIOGRAFIA.....	100

**INTRODUÇÃO AO PROBLEMA: A FUNDAMENTAÇÃO DA
FILOSOFIA E AS REGRAS DO MÉTODO**

INTRODUÇÃO AO PROBLEMA: A FUNDAMENTAÇÃO DA FILOSOFIA E AS REGRAS DO MÉTODO

Conteúdo sem método conduz à exaltação;
método sem conteúdo, a elucubrações vazias;
matéria sem forma, a um saber penoso, forma
sem matéria, a uma presunção oca.

(Johann Wolfgang von Goethe, *Máximas e reflexões*, 435)¹.

No capítulo três da *Doutrina Transcendental do Método* intitulado: “A Arquitetônica Da Razão Pura”, Kant afirma que a filosofia não está dada:

(...) a filosofia é uma simples ideia de uma ciência possível, que em parte alguma é dada *in concreto*, mas de que procuramos aproximar-nos por diferentes caminhos, até que se tenha descoberto o único atalho que aí conduz, obstruído pela sensibilidade, e se consiga, tanto quanto ao homem é permitido, tornar a cópia, até agora falhada, semelhante ao modelo. Até então não se pode aprender nenhuma filosofia; pois onde está ela? Quem a possui? Por que caracteres se pode conhecer? (*KrV*, A 838/ B 866)²

Segundo essa passagem, a filosofia *ainda* não está dada *in concreto*, mas ela é possível: “a filosofia é uma simples ideia de uma ciência possível, que em parte alguma é dada *in concreto*”. Ou melhor, a sua fundamentação é passível de ser realizada, desde que encontremos o único caminho seguro que leve até ela. O caminho para ela, contudo, não pode ser empiricamente constituído, pois é antes

¹ Tradução de Marco Antônio Casanova, 2003, p.68.

² As referências às obras kantianas seguem as siglas estabelecidas pela Academia: AA número do volume; número da página; faremos referência a paginação das obras traduzidas para a língua portuguesa (como indicado na bibliografia). Exclusivamente para a *Crítica da razão pura*, as citações seguem a indicação tradicional: “A” para a primeira edição e “B” para a segunda, seguido em cada caso o número da página.

o obstáculo a ser afastado; o caminho se encontra “obstruído pela sensibilidade”: da empiria: negativamente o modelo ou método para a constituição da filosofia como ciência não deve ser extraído da experiência. Podemos encontrar parte desse mesmo raciocínio num texto da *Lógica* coligido por Jäsche:

Não se pode aprender Filosofia já pela simples razão que *ela ainda não está dada*. (*Lógica*, A 27)

Por essas duas afirmações, podemos compreender, ao menos parcialmente, como a *fundamentação da filosofia* é problema por excelência da *Crítica*. Se a filosofia é simples ideia³ de uma ciência⁴ possível, o que ela exige para ser constituída? A pergunta capital é, portanto: se a filosofia não é dada, como pode ser constituída e fundamentada criticamente? Ou, dito de maneira mais geral: há na *Crítica da razão pura* uma fundamentação da filosofia?

A importância dessa questão pode ser vista a partir de duas linhas interpretativas: de um lado Schelling de outro, Gérard Lebrun.

Em primeiro lugar, temos as críticas de Schelling quanto a não-fundamentação da filosofia kantiana. De fato, a questão acerca da fundamentação, que Schelling chama de *a doutrina da construção filosófica*, também ocupa a reflexão do filósofo alemão. Nas suas palavras:

A doutrina da construção filosófica constituirá no futuro um dos principais capítulos na filosofia científica: é inegável que, assim como muitos são impedidos de participar dos progressos da Filosofia pela falta do conceito de construção, a insistência na construção rigorosa, conduzida pelas primeiras premissas, é o meio mais eficaz contra uma certa falsa liberalidade que se contenta com o espirituoso na Filosofia

³ “A ideia (*die Idee*) é um conceito da razão (*Vernunftbegriff*), cujo objeto de modo algum pode ser encontrado na experiência”. *Lógica*, AK 92.

⁴ “Em todas as ciências, mas principalmente nas racionais, a ideia da ciência é o seu esboço (*Abriss*) em geral ou delineamento de seu contorno (*Umriss*), portanto a extensão (*Umfang*) de todos os conhecimentos a ela pertinentes”. *Lógica*, AK 93.

e que favorece, sob a forma exterior do filosofar, a mera argumentação (*Räsonieren*), ou ainda, contra a miscelânea de todas as posições, que confunde e torna indiscerníveis o verdadeiro e o falso⁵.

Schelling acusa Kant de se deter prioritariamente na matemática e de não ter se ocupado adequadamente da fundamentação da filosofia. Para ele ao negar uma *intuição intelectual* à filosofia, Kant estaria assumindo uma postura contraditória quanto ao conceito de *construção*; Kant, diz Schelling,

exprime perfeitamente a ideia da construção e o fundamento de toda evidência. Mas se nega, depois, a possibilidade da construção na Filosofia, porque esta só teria a ver com conceitos puros, sem intuição, e igualmente confere à Matemática uma intuição não-empírica para construção, então se torna manifesto que ele só estimou na Matemática propriamente o lado *empírico*, a relação com o sensível, a qual sente falta, em contrapartida, na Filosofia⁶.

As palavras de Schelling nos levam inevitavelmente também à questão da fundamentação da filosofia. Kant não teria fundamentado o conhecimento filosófico e, portanto, não teria apresentado, como acusa Schelling, a fundamentação da filosofia em seu projeto crítico? Teria Kant deixado, assim, seu sistema incompleto, ainda que tenha pretendido ser exaustivo quanto ao essencial no âmbito da razão pura? Kant teria mesmo se contentado em legar à filosofia a mera análise de conceitos? E, portanto, teria apenas proferido simples juízos analíticos que não alargam o nosso conhecimento nem dariam o fundamento necessário para a filosofia como ciência?

O problema da fundamentação da filosofia kantiana que surge por meio da obscuridade e de afirmações ambíguas do texto do próprio Kant (tal como a

⁵ SCHELLING, 2001. p. 87-88.

⁶ SCHELLING, 2001. p. 90.

afirmação a “filosofia não está dada”) e explicitada por Schelling⁷, ganhou outra tentativa de resolução, desta vez proposta por Gérard Lebrun. Por mais distinta que a tese lebruniana seja da de Schelling, tem como resultado algo similar: Kant não teria fundamentado a filosofia na *Crítica da razão pura*. Ou seja, Lebrun, assim como Schelling, acusa Kant de não ter fundamentado a filosofia, de modo que vai buscar na *Crítica da faculdade de julgar* a esperada fundamentação: uma instância pré-lógica, que Kant só pôde alcançar depois de criticar a faculdade de julgar, ou, mais especificamente, com a descoberta do *juízo reflexionante*, em contraposição a Schelling, que propõe a *construção* para solucionar a questão da fundamentação da filosofia. Diz Lebrun:

A Reflexão torna-se o método da filosofia quando esta toma consciência de que a lógica é uma disciplina particular que exige, ela também, uma fundação. Desobrigando de qualquer fidelidade para com esta, ela se dá agora a permissão de inventar seu próprio método⁸.

Lebrun no Capítulo X⁹ do seu livro *Kant e o fim da Metafísica*, coloca em questão a natureza de um corpo orgânico e a finalidade; a *finalidade* deve ser entendida aqui como possibilidade e “uma adequação à classificação”¹⁰. Mas onde Kant vai buscar o fundamento deste *sempre poder classificar*, isto é,

⁷ O descontentamento com a aparente não-fundamentação da filosofia por Kant, pode também ser encontrado em outros filósofos contemporâneos a Schelling. Fichte é um bom exemplo, ele diz: “Com a leitura dos novos cétricos, em particular de Enesidemo e das excelentes obras de Maimon, o autor deste trabalho [Fichte] convenceu-se plenamente de algo que já antes lhe parecia altamente provável: que a filosofia, mesmo com os recentes esforços dos homens mais penetrantes, ainda não se elevou à categoria de ciência evidente”. Johann Gottlieb Fichte. *Sobre o conceito da Doutrina-da-ciência ou da assim chamada filosofia (1794)*, S. W., I. 30. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho.

⁸ Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 393.

⁹ Gérard Lebrun, *A dissolução da finalidade técnica: B) A reflexão como método da filosofia*, in: *Kant e o fim metafísica*, 1993, pp.359-400.

¹⁰ Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 363.

subsumir segundo regras? Na faculdade de julgar, nas condições subjetivas de uma experiência possível.

O que Lebrun pretende ao tomar esse caminho é tentar mostrar que o fundamento que se encontra nessa dimensão subjetiva, isto é, na faculdade de julgar, é o fundamento da filosofia. O fundamento mesmo, e não aquele apresentado por Kant na *Crítica da razão pura* no capítulo dedicado a metodologia¹¹, que apenas cumpriria uma parte daquilo que pretendia, ou seja, fundamentar a filosofia. E tal fundamento que traria a completude para a filosofia é um fundamento *pré-lógico*. Diz Lebrun:

(...) deve-se admitir que falta determinar, na raiz (*pré-lógica*) de nosso conhecimento um ato transcendental tal que ele torna sempre possível a passagem de não importa qual representação a um conceito empírico. É a preocupação em localizar e nomear esse ato que faz a unidade do pensamento de Kant na 1^o *introdução* [da *Crítica da faculdade de julgar*], quando ele estende a questão suscitada, no ponto de partida, pelo problema da unidade das leis empíricas, à possibilidade de classificação e, enfim, àquela formação dos conceitos em geral (...) ¹².

Se, segundo Lebrun, na *Crítica da razão pura* Kant teria se apoiado na *lógica geral* como *cânone* da filosofia, e este fundamento dá conta enquanto estamos no campo de uma experiência possível, quando nos confrontamos com a aplicação na experiência *de fato* ele se mostra insuficiente, pois temos de lidar com objeto empírico e suas leis empíricas. Uma vez que, “mais originária do que a possibilidade de direito da experiência, existe a possibilidade de fato da conceptualização”¹³. E assim é colocada em questão a *lógica pura*. “O

¹¹ *KrV*, II. Doutrina Transcendental do Método.

¹² Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 375

¹³ Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 370.

desdobramento deste novo campo de investigação leva a *colocar em questão a lógica pura*, que a *K. R. V*, pressupunha como referencial”¹⁴.

Ao citar uma passagem da *Lógica*¹⁵, onde é apresentado as condições do surgimento dos conceitos superiores e inferiores, Lebrun constata que aí se encontra a confiança no “sempre poder”, *princípio de especificação* pressuposto pela lógica pura, e que seria aquilo que garantiria a *conceptualização ilimitada*. E, por ser um pressuposto da lógica pura, não seria, naturalmente, fundado nela. A lógica só nos ensina como se compara uma representação com outras representações diferentes e a partir desse ato que comporta os três momentos da formação de um conceito (comparação, reflexão e abstração¹⁶), extrair uma característica para o uso geral. Por sua natureza a lógica pura não pode ir além dessas explicações formais, já que ela abstrai de todo conteúdo material atentando simplesmente para (o formal) o modo como a razão deve operar (no uso correto desta faculdade) em vista de um conhecimento em geral:

Essa condição de possibilidade da aplicação da lógica à natureza é antes um princípio da representação da natureza como um sistema da natureza para a nossa faculdade de julgar no qual o diverso, dividido em gêneros e espécies, torna possível reduzir, através da comparação, todas as formas da natureza que nos apareçam a conceitos (de maior ou menor generalidade). (*K.U.*, 1º introdução, 212).

¹⁴ Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 371.

¹⁵ “O prosseguimento da abstração lógica faz surgirem conceitos superiores cada vez mais elevados, assim como o prosseguimento da determinação lógica dá origem a conceitos cada vez mais inferiores”. (Immanuel Kant, *Lógica [de Jäsche]*, # 15 Condições do surgimento de conceitos superiores e inferiores: abstração lógica e determinação lógica, *Ak 99*. 1992, p. 116).

¹⁶ “Eu vejo, por exemplo, um pinheiro, um salgueiro e uma tília. Ao *comparar* antes de mais nada estes objetos entre si, observo que são diferentes uns dos outros no que respeita ao tronco, aos galhos, às folhas e coisas semelhantes; mas, em seguida, eu *reflito* apenas sobre aquilo que eles possam ter em comum entre si, o tronco, os galhos, as folhas eles próprios, e, se eu *abstrair* do tamanho, da figura dos mesmos e assim por diante, obtenho um conceito de árvore”. (Immanuel Kant. *Lógica*, # 6 Ato lógico da comparação, reflexão e abstração, *A 146*, *Ak 95*. [grifos nosso]. 1992, p. 112).

Nota-se, por conseguinte, que a lógica pura (formal) parte de representações dadas, para explicar, a constituição dos conceitos *quanto à forma*. Ela nada diz como podemos formar “conceitos de tipos diferentes *quanto à matéria*”¹⁷ e nem mesmo sobre a diferenciação material dos conceitos. O que é tarefa propriamente da lógica nesse momento é mostrar como e por quais meios e ações o entendimento pode formar um *conceito em geral*, ou seja, abstraindo, assim, da origem de tal conceito. Essa despreocupação da lógica formal será herdada, segundo Lebrun, pela lógica transcendental¹⁸. O erro de Kant seria o de ele ter ingenuamente acreditado que a lógica pura estaria dada¹⁹, e por isso ao fundar a sua lógica transcendental sob está última, descuidou por completo de investigar *como são possíveis a formação de conceitos empíricos*; o que teria a sua resolução apenas muitos anos mais tarde com o surgimento da *Crítica da faculdade de julgar*. Kant deveria, primeiramente, interrogar a *raiz pré-lógica* antes de passar a experiência no sentido crítico. Nesse sentido, se deveria olhar a *Primeira introdução da Crítica da faculdade de julgar*, permeada pela preocupação em localizar e nomear este “ato transcendental” *pré-lógico*.

¹⁷ Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 372.

¹⁸ “[a lógica pura deixa] indeterminada a condição de possibilidade efetiva da ‘Begriffsbildung’. Esse (...) ponto não é melhor esclarecido pela lógica transcendental que, quanto a isso, herda a despreocupação da lógica formal. Se a lógica transcendental tira os conceitos de sua indeterminação quanto à origem, ela não se interroga mais do que a lógica pura sobre a condição de formação dos conceitos em geral”. (Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 373).

¹⁹ “Pode reconhecer-se que a *lógica*, desde remotos tempos, seguiu a via segura, pelo fato de, desde Aristóteles, não ter dado um passo atrás, a não ser que se leve à conta de aperfeiçoamento a abolição [de] algumas subtilidades desnecessárias ou a determinação mais nítida do seu conteúdo, coisa que mais diz respeito à elegância que à certeza da ciência. Também é digno de nota que não tenha até hoje progredido, parecendo, por conseguinte, acabada e perfeita, tanto quanto se nos pode afigurar”. (Immanuel Kant, *KrV.*, B VIII).

O que é pertinente notarmos nesse primeiro momento é que ambas as tentativas (a de Schelling e a de Lebrun) não saem, em rigor, do espírito kantiano: (1) Schelling usa o conceito de construção que ele tira da investigação kantiana da matemática para aplicar na filosofia; (2) Lebrun vai buscar a resolução da fundamentação da filosofia numa instância *pré-lógica* que ele extrai do *juízo reflexionante*, juízo este investigado por Kant sobretudo na *Crítica da faculdade de julgar*. Dadas as devidas especificidades de cada uma dessas duas leituras, que tomam como ponto de partida a própria filosofia crítica, ambas concordam que Kant não teria dado conta da fundamentação da filosofia na *Crítica da razão pura*.

Ambos veem de modo claro o problema da fundamentação crítica da filosofia introduzido pela distinção entre o método da matemática e o da filosofia; filosofia que não está dada e não é senão uma simples ideia de uma ciência possível. Embora seja esse o nosso problema, é outra a tese que procuramos defender. Mesmo que Kant diga amiúde que a filosofia não está dada e que ela é uma simples ideia, isso não quer dizer que ela não possa ser fundamentada dentro da própria *Crítica da razão pura*. Mais especificamente: o que é exigido pelo espírito da razão pura²⁰, já que “na esfera” da razão pura, “é tudo ou nada que é preciso determinar e regular” (*Prolegômenos, A 20*). A *Crítica* só é tal pela completa justificação e fundamentação da filosofia como ciência.

A nossa tese, assim, é a de que a fundamentação da filosofia consiste naquilo que denominamos *regras metodológicas*, as quais Kant extrai do nosso próprio

²⁰ “Com efeito, a razão pura é uma unidade tão perfeita que, se o seu princípio não fosse suficiente para resolver uma única questão de todas aquelas que lhe são propostas pela sua natureza, haveria que rejeitá-lo, pois não se poderia aplicar a qualquer outra com perfeita segurança” (*KrV, A XIII*)

modo de pensar, “a saber, o pensamento por regras” (*Prolegômenos*, A 110). Mas, para que possamos entender o que são essas regras metodológicas que estão no fundamento da filosofia, é preciso, primeiramente proceder a um exame da especificidade do método da matemática e da filosofia. Pois esse exame pode nos dar a pista de como a filosofia, uma vez liberta do método *more geometrico*, pôde enfim apresentar-se como um tipo de conhecimento independente. Primeiro requisito para que Kant pudesse finalmente se deter em uma fundamentação (*Grundlegung*) da filosofia que não se confunde nem com a “doutrina da construção” (Schelling), nem com “reflexão pré-lógica” (Lebrun).

...

Nossa questão principal é, portanto: como se dá a fundamentação da filosofia na *Crítica da razão pura*? Assim, a questão define o foco de nossa investigação como investigação do método²¹ que a *Crítica* propõe para a filosofia, isto é, investigação do modo pelo qual Kant procura fundamentar a filosofia como ciência. Não se trata, portanto, de pensar o estatuto do discurso filosófico nem mesmo o estatuto do transcendental em relação à filosofia. Se Kant diz claramente que o fundamento da matemática é o *espaço* e o *tempo* (as formas puras da intuição) (*Prolegômenos*, § 7, A 50), então ele deveria dizer que o fundamento da filosofia é tal e tal. Mas ele nada diz, ao menos não de modo explícito, a esse respeito. Ele diz: a filosofia não está dada (*KrV*, A 838/ B 866). E isso depois de examinar o método da filosofia e de distingui-lo do método da

²¹ “O conhecimento de ciência deve ser disposto segundo um método: a ciência é um todo do conhecimento como sistema e não meramente como agregado. Ela exige, por isso, um conhecimento sistemático, composto *segundo regras refletidas*”. *Lógica*, AK 39, § 95. (grifos nosso).

matemática; portanto, como compreender essa afirmação? Em primeiro lugar devemos compreender como Kant entende o método próprio da filosofia em oposição ao método matemático²².

Se esse então é o nosso problema, como então investiga-lo? As etapas que constituem este trabalho são as seguintes. Propomo-nos a examinar o *método* da Filosofia na *Crítica da razão pura* no capítulo intitulado *A disciplina da razão pura no uso dogmático*, que está localizado na segunda parte da *Crítica* dedicada à Doutrina Transcendental do Método; tal exame nos possibilitará apresentar: a emancipação crítica²³ da Filosofia em relação à Matemática e suas consequências e a fundamentação da filosofia. De acordo com essas etapas se constitui a estrutura de nossa Dissertação:

(Capítulo 1 – Emancipação da Filosofia em relação a Matemática). Aqui pretendemos mostrar como Kant distingue a filosofia da matemática, isto é, do método *more geometrico* que vinha servindo de fundamento para a filosofia até então. E, tal como no opúsculo de Kant de 1764 (*Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*), a distinção do verdadeiro método filosófico do método matemático será exposta por contraposição; ou seja, a partir

²² Outro ponto que devemos ressaltar é que não pretendemos aqui refutar as teses de Schelling e Lebrun. Buscaremos apenas demonstrar como Kant parece fundamentar a filosofia na segunda parte da *Crítica da razão pura* dedicada a Doutrina Transcendental do Método. A inserção destes dois autores serve nesse momento para que mostremos o problema da fundamentação da filosofia crítica na Doutrina do Método. Deixando para uma pesquisa futura uma possível refutação das respectivas teses.

²³ Usamos o termo “emancipação” de modo metafórico, mas também pode ser entendido de modo histórico-filosófico, se lembrarmos de que na filosofia era aplicado o método da matemática, método este que Kant, a nosso ver, tenta libertá-la.

de uma análise do método de cada um destes dois tipos de conhecimento ficará claro a irreducibilidade de ambos a um único método.

(Capítulo 2 – As regras metodológicas como o fundamento da filosofia).

Apresentaremos um capítulo dedicado a fundamentação²⁴ da filosofia. Aqui buscaremos elucidar o modo como essas regras e o seu estabelecimento guiam a Filosofia em seu âmbito próprio que é outro que o das grandezas, que pertence a matemática; e, também, porque a Filosofia possui um método analítico, parece comportar uma síntese transcendental por meros conceitos.

Por fim, uma (**Conclusão**), uma justificativa dessas regras que compõem e fundamentam a Filosofia do ponto de vista crítico. A conclusão deve mostrar que, diferentemente da interpretação de Schelling, Kant fundamentou a filosofia de modo suficiente já na *Crítica da razão pura*: seu fundamento não é outro senão as regras metodológicas que surgem de uma exigência interna à própria razão pura em seu uso discursivo. E, em contraposição também a Lebrun, se mostra assim que o fundamento da filosofia não seria dado mais tarde, somente na *Crítica da faculdade de julgar*, com a descoberta de uma instância pré-lógica, mas que a fundamentação, ou seja, aquilo que responde à questão: “como é possível a filosofia?”, já se encontra na *Crítica da razão pura*. Deste modo

²⁴ Cujos primeiros passos foram dados na década de 1760 (como mostramos no Apêndice), e a culminação teria ocorrido em 1781, com a *Crítica da razão pura*. Marco inaugural do pensamento maduro de Kant. Quanto a efetivação do desejado, isto é, a real fundamentação da filosofia, não é nem um pouco um ponto pacífico, uma pequena olhada na literatura clássica, já nos revela que nem todo mundo se contentou com a filosofia crítica e seus resultados, não concordando de que a Filosofia tenha sido realmente fundamentada, ou ainda, que ela precisaria ser levada até as últimas consequências, para, por fim, estar completa. “A filosofia kantiana precisou que seu espírito fosse separado da sua letra e que o puro princípio especulativo fosse destacado do restante, que pertencia à reflexão raciocinante ou podia ser utilizado a favor dela”. (G. W. F. Hegel, *Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling*, 2003, p. 29).

podemos dizer que a solução kantiana para tal pergunta está sob a rubrica do método; dito de outro modo, nada mais do que questão de método²⁵.

²⁵ Devemos ressaltar, que iremos tratar da filosofia apenas no ponto de vista especulativo. Não entraremos em questões que dizem respeito a filosofia prática, cujo o método, por tratar de outros objetos, deve ser completamente outro do da filosofia especulativa.

1 – EMANCIPAÇÃO DA FILOSOFIA EM RELAÇÃO A MATEMÁTICA

Até à filosofia crítica, todas as filosofias não se distinguem essencialmente.
(Immanuel Kant. *Os Progressos*, 335, p. 123)

Se o “conjunto completo de todos os conhecimentos da razão pura e especulativa” (*KrV*, A 707/ B 735) formam um edifício que temos em nós pelo menos a ideia, não uma ideia qualquer, mas uma ideia específica do saber que se opõe a um mero agregado: uma ideia arquitetônica, então é preciso investigar tanto os *materiais* com que poderemos contar no momento da construção como também um *plano* para a execução. Na *Doutrina transcendental dos elementos* foram calculados os *materiais de construção* e determinados para que edifício, altura e solidez²⁶ eles servem; na segunda parte da *Crítica*, na *Doutrina transcendental do método*, devemos, portanto, encontrar o *plano*, para guiar a construção e “não nos aventurarmos em um projeto arbitrário e cego, que pudesse talvez ultrapassar todas as nossas capacidades” (*KrV*, A 707/ B 735).

É para esse sentido que aponta a definição de *doutrina transcendental do método*. “Por doutrina transcendental do método”, diz Kant, “entendo a determinação das *condições formais* de um sistema completa da razão pura²⁷” (*KrV*, A 708/ B 736). Para a determinação formal será necessário que Kant estabeleça quatro instâncias: (1) uma Disciplina, (2) um Cânone, (3) uma Arquitetônica e (4) uma História da razão pura. Como nossa questão gira em torno da Filosofia e a sua possível fundamentação, dentro destas quatro

²⁶ *KrV*, A 707 / B 735.

²⁷ Grifos nosso.

instâncias que compõe a doutrina do método, nos interessa sobremaneira examinar com vagar a (1) Disciplina e a (3) Arquitetônica. O Capítulo dedicado ao Cânone da razão pura “tem por objetivo a investigação acerca da possibilidade de um conhecimento positivo daqueles objetos que foram negados ao uso especulativo²⁸”, portanto não diz respeito diretamente ao nosso problema. Também o capítulo que encerra a *Crítica a História da razão pura* está fora de nossa alçada, já que seu conteúdo contempla uma história filosofante da filosofia²⁹. Por outro lado, nos capítulos (1) e (3) Kant, em meio a outros temas, trata, sobretudo, da Filosofia; na *Disciplina* tenta diferenciar a filosofia da matemática investigando a natureza e o método de ambas; já na *Arquitetônica*, capítulo extremamente difícil por comportar afirmações que (aparentemente) se contradizem³⁰, devemos encontrar o lugar da filosofia dentro do sistema da razão pura e, por conseguinte, a sua aplicação (se ela for realmente fundamentada). Agora é a *Disciplina da razão pura* que nos interessa investigar, mais precisamente a primeira seção *A disciplina da razão pura no uso dogmático*. Nesse capítulo, Kant investiga pela primeira vez na *Crítica da razão pura* a especificidade dos métodos da matemática e da filosofia; e é aqui que devemos encontrar o primeiro passo para a fundamentação da filosofia.

²⁸ Flávia Carvalho Chagas. O cânon *da razão pura*, p. 721. In: Comentários às obras de Kant: *Crítica da razão pura*, 2012.

²⁹ Cf. Joel Thiago Klein. *A história da razão pura: uma história filosofante da filosofia*. In: Comentários às obras de Kant: *Crítica da razão pura*, 2012.

³⁰ Tais como a afirmação de que a filosofia não está dada (*KrV*, A 838/ B 866), e mais adiante a afirmação de que a filosofia é a legisladora da razão (*KrV*, A 840/ B 868); ou, e ainda sobre a natureza não-dada da filosofia, não impede Kant de apresentar dois conceitos de filosofia, escolástico e cósmico (*KrV*, A 838/ B 866 – A 839/ B 867), uma divisão da metafísica (*KrV*, A 847/ B 875) etc. Temas que serão examinados mais adiante.

1.1 – O negativo no conhecimento: *disciplina*

“Denomina-se *disciplina* à coerção que limita, e por fim elimina, o impulso constante a descumprir *certas regras*” (*KrV*, A 709/ B 737)³¹. Onde os limites do conhecimento são muitos estreitos e o impulso de julgar muito forte, portanto, onde não se deveria julgar, faz-se necessário o negativo no conhecimento. Descumprir certas regras, pode significar, por exemplo, julgar sobre a natureza da alma como se ela nos fosse dada na experiência, isto é, que pudéssemos achar na experiência um objeto que correspondesse ao nosso conceito de alma, o que para nós, seres sensíveis³² é impossível. Pode-se pensar a proposição “a alma é uma substância simples”, mas agora julgar, ou seja, afirmar que isto é um conhecimento sobre a natureza da alma, é o que não podemos fazer sem incorrer em um erro ou numa ilusão³³. A razão necessita de uma disciplina³⁴; o paradoxal aqui é que, ela, que prescreve a todas as outras instâncias uma disciplina, escapou da suspeita de que também precisaria de uma; ou seja, os filósofos matemáticos (Wolff, por exemplo) não levantaram nenhuma suspeita de que talvez a razão estivesse procedendo em seu impulso de ampliar o conhecimento, meramente em um “jogo descuidado com imagens em vez de conceitos, e com palavras em vez de coisas” (*KrV*, A 710/ B 738). No uso

³¹ Grifos nosso em “*certas regras*”.

³² Os objetos nos são dados na medida em que afetam a nossa sensibilidade.

³³ “(...) na razão pura, se encontra um sistema inteiro de ilusões e de fantasmagorias, que estão bem ligadas entre si e unidas segundo princípios comuns, então parece ser indispensável uma legislação completamente especial, mas negativa, que, sob o nome de *disciplina*, estabeleça como que um sistema de precaução (...)” (*KrV*, A 711/ B 739).

³⁴ “O ponto de partida de Kant é a principal lição da Dialética. Esta lição é que quando à razão pura é permitido o livre controle e o uso “dogmático” – isto é, o uso não-analítico sem referência à intuição – leva à confusão e incoerência. Segue-se que um dos motivos filosóficos mais importantes da razão pura é manter-se em cheque e proteger-se contra tal extravagância”. (Adrian William Moore, “*The Transcendental Doctrine of Method*”. In. *The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason*, 2010, p. 315). Tradução nossa.

empírico não é necessária uma crítica da razão, aqui a razão está em constante exame e dificilmente pode ocorrer um desvio, pois ela atua sob a pedra de toque: a experiência. A necessidade de uma crítica e, por conseguinte, de uma disciplina, repousam no uso puro da razão. Kant nos diz o motivo:

Onde nem a intuição empírica nem a pura, contudo, mantém a razão em um curso visível, a saber, em seu uso transcendental segundo meros conceitos, aí ela necessita tanto de uma disciplina capaz de domar seu impulso a estender-se para além dos estreitos limites da experiência possível, e de preservá-la da extravagância e do erro, que também toda filosofia da razão pura somente tem a ver com essa utilidade negativa. (*KrV*, A 711/ B 739)

A disciplina é direcionada, portanto, “ao método do conhecimento por razão pura” (*KrV*, A 712/ B 740), e não ao conteúdo do conhecimento, este já fora tratado na *Doutrina transcendental dos elementos*. Aqui serão examinados dois tipos de conhecimento da razão que podem apresentar em si conhecimentos cuja certeza é apodítica, isto é, conhecimentos que são acompanhados pela consciência da necessidade e universalidade, em outras palavras, conhecimentos que não são derivados da experiência: matemática e filosofia.

A matemática é posta logo no início da investigação por Kant como um conhecimento rigoroso que constrói os seus conceitos. De que modo *isso* ocorre? E quais as consequências dessa particularidade da matemática em relação à filosofia?

1.2 – Matemática pura e a construção de conceitos

A matemática do ponto de vista da razão, surge como o melhor exemplo de uma razão pura que se amplia sem o auxílio da experiência³⁵. Por causa do sucesso obtido neste tipo de conhecimento a razão acredita que seria possível atingir os mesmos resultados positivos em outras áreas, principalmente se aplicar o mesmo *método* que a matemática utiliza. “É decisivo que saibamos, portanto”, assevera Kant,

se o método de chegar à certeza apodítica, a que na última ciência [matemática] se denomina *matemático*, é idêntico àquele com que se busca a mesma certeza na filosofia e que assim, teria de denominar-se *dogmático*. (*KrV*, A 713/ B 741)

Logo de saída, mesmo como mera hipótese, podemos duvidar de que os métodos sejam idênticos, já que a caracterização do conhecimento matemático e filosófico sugerem um distanciamento entre ambos. O conhecimento filosófico é um conhecimento racional *por conceitos*, o conhecimento matemático é um conhecimento racional *por construção de conceitos*³⁶. “Construir um conceito, porém, significa expor a intuição *a priori* a ele correspondente” (*KrV*, A 713/ B 741). Por de trás do *poder construir um conceito* está a primeira e suprema condição de possibilidade da matemática. Kant nos *Prolegômenos* responde à questão “Como é possível a matemática pura?”, nos apresentando qual seria tal condição de sua possibilidade: “a saber, importa que ela tenha como fundamento

³⁵ Para um estudo mais aprofundado da matemática no pensamento de Kant, cf. Louis Couturat. *La philosophie des mathématiques de Kant*, 2004; Carl J. Posy (ed.) *Kant's Philosophy of Mathematics: Modern Essays*, 1992; Frank Pierobon. *Kant et les mathématiques*, 2003.

³⁶ *KrV*, A 713/ B 741.

uma *intuição pura* na qual ela possa representar todos os seus conceitos *in concreto* e, no entanto, *a priori*, ou, como se diz, *construí-los*” (*Prolegômenos*, §7, A 50). A intuição (*Anschauung*) é o modo pelo qual um conhecimento se relaciona imediatamente à um objeto “e a que todo pensamento como meio se dirige” (*KrV*, A 19/ B 33). E que espécie de *intuição pura* é essa que serve de fundamento à matemática? O espaço e o tempo como formas puras da intuição³⁷. A matemática pura, como o seu nome já diz, não deve ter nenhum conteúdo empírico, ela precisa de um fundamento *a priori*, de uma intuição que ao mesmo tempo que lhe sirva de fundamento e ainda seja a condição para que ela construa conceitos *a priori*. Agora, *como é possível ter uma intuição a priori?* Quando a intuição nada mais contém do que a forma da sensibilidade; e que espécie de *intuição pura* é essa que serve de fundamento à matemática? O espaço como forma pura da *intuição externa*, o tempo como forma pura da *intuição interna*, e estas intuições são os fundamentos da geometria e da aritmética ou álgebra, respectivamente.

A relação entre a forma da intuição e o método da construção de conceitos foi bem exposta por Fichant: “(...) dizer do espaço³⁸ que ele é uma forma é dizer que, no fundamento da geometria, ele é, antes de mais nada, um método, o da construção dos objetos propriamente ditos da geometria e o encadeamento de suas propriedades”³⁹. Podemos, por conseguinte, falar agora de construção de conceitos na matemática, mesmo que de modo ainda geral, pois já sabemos o que Kant quer dizer quando ele expõe o que significa tal construção: “*Construir*

³⁷ Cf. Immanuel Kant, *Crítica da razão pura*, Capítulo: Estética Transcendental.

³⁸ Fichant em seu artigo “Espaço estético e espaço geométrico em Kant” se ocupa apenas do “espaço”, mas podemos dizer com certeza que o que vale para o “espaço” vale para o “tempo”, já que ambos são as formas puras da intuição.

³⁹ Michel Fichant. *Espaço estético e espaço geométrico em Kant*, 1999, p. 17.

um conceito, porém, significa expor a intuição *a priori* a ele correspondente” (*KrV*, A 713/ B 741). Para construção de um conceito, portanto, compete o *a priori* e o concreto (referência a um objeto), por exemplo, eu construo um triângulo expondo o objeto correspondente a um conceito, de dois modos, ou por meio da imaginação produtiva na *intuição pura* ou por meio da imaginação produtiva na *intuição empírica* (p. ex. desenhando sobre um papel), mas em ambos os casos o procedimento é *a priori*. A figura singular é desenhada (portanto é uma figura empírica), mas ela serve apenas para exprimir a universalidade desse conceito (o de triângulo), “pois”, diz Kant, “nessa intuição empírica só se tem em vista a ação da construção do conceito” (*KrV*, A 714/ B 742)⁴⁰. “A universalidade é o resultado da correta manipulação dos signos de acordo com regras”⁴¹. As muitas determinações são irrelevantes pois faz-se abstração da extensão, dos lados e dos ângulos, de todas essas diferenças que em última análise não modificam o conceito de triângulo em geral⁴². Pode-se proceder dessa maneira na construção, isto é, expor (exibir *a priori*) a intuição correspondente ao conceito, porque eu não lido como meros conceitos. Dito de outro modo, não se trata de uma conexão lógica de conceitos, a minha proposição é sintética porque

⁴⁰ Grifos nosso.

⁴¹ Abel Lassalle Casanave. *Conhecimento simbólico na Investigação de 1764*, 2007, p. 59.

⁴² Um excelente resumo sobre esse tema pode ser encontrado no texto *O papel da intuição e dos conceitos nas teorias kantianas da geometria*, 2013, de Julio Esteves, p. 44: “Kant sustenta na Disciplina que se pode construir um conceito geométrico mesmo na intuição empírica, porque, no ato de construção, o geômetra atenta para as suas condições universais de construção, i.e. para o conceito ou regra de construção, e não porque na base do triângulo construído na intuição empírica estaria uma suposta intuição pura, forma daquela intuição empírica. O que Kant quer dizer é que o geômetra procede considerando não aquela figura particular, a saber, um triângulo particular com lados e ângulos de uma grandeza determinada, mas o triângulo em geral, a triangularidade enquanto tal, abstração feita dessas particularidades”.

mediante a intuição eu construo um conceito⁴³. “Provisoriamente”, escreve Fichant,

será suficiente observar que, se o conhecimento matemático é de fato (...) um “conhecimento por construção de conceitos”, é preciso que nas matemáticas haja conceitos: ora, conceitos dependem sempre do entendimento e da espontaneidade das ações do pensamento, logo da Lógica, e, se se trata de conceitos *a priori*, da Lógica transcendental. (...) A representação de um triângulo não é uma intuição sensível, cuja formação dependeria, com efeito, unicamente do campo da Estética (...) ⁴⁴.

Na matemática a construção é possível porque o objeto não é dado; é, antes, o resultado de um ato, que só é possível, por sua vez, mediante as formas puras da intuição (o espaço e o tempo), que lhe servem de fundamento, e mediante a espontaneidade do entendimento, que determina, no caso da geometria, uma figura geométrica no espaço. “A construção”, escreve Hintikka, “equivale à transição de um conceito geral para uma intuição que representa o conceito, desde que isso seja feito sem recorrer à experiência”⁴⁵.

1.3 – A diferença entre a *forma* de conhecer da Matemática e da Filosofia

O método da filosofia deve ser totalmente outro; já que é conhecimento racional por conceitos, ela não pode construir conceitos; a natureza de cada um

⁴³ “Kant indica que o que faz a matemática em geral e a geometria em particular *sintética* é o uso de intuições, isto é, o uso de construções”. (Jakko Hintikka, *Kant on the mathematical method*, 1992, p. 31). Tradução nossa.

⁴⁴ Michel Fichant. *Espaço estético e espaço geométrico em Kant*, 1999, p. 15.

⁴⁵ Jakko Hintikka, *Kant on the mathematical method*, 1992, p. 21. Tradução nossa.

desses dois tipos de conhecimento ou usos da razão (matemática e filosofia) determina o modo que elas se referem ao particular e ao universal. A filosofia por lidar com conceitos considera o particular somente no universal e a matemática, por lidar com intuições, o universal no particular. A razão disso é evidente, o conceito, matéria da filosofia, é em si uma representação universal, vale para um número indeterminado de objetos, e a referência é sempre mediata, e se refere aos objetos por meio de uma característica comum (*repraesentatio per notas communes*)⁴⁶. Agora, a intuição, fundamento e meio da matemática, é uma representação imediata e singular, seu objeto, portanto, é único, e, por se tratar de uma intuição pura sua forma, como condição de possibilidade de tudo o que é intuído, estabelece a perfeita adequação entre a representação singular e o objeto de uma experiência possível. Se é assim, “o objeto do conceito, a que este individual corresponde apenas como seu esquema, deve ser pensado como universalmente determinado” (*KrV*, A 714/ B 742). E isto está

De acordo com sua definição, apresentada no primeiro parágrafo de suas preleções sobre lógica, toda ideia particular, distinta de conceitos gerais, é uma intuição. Tudo, em outras palavras, que na mente humana representa um indivíduo é uma intuição. (...) Intuitividade significa simplesmente individualidade⁴⁷.

Com efeito, é na *forma* de considerar o particular e o universal que reside a “diferença essencial entre esses dois tipos de conhecimento da razão” (*KrV*, A 714/ B 742). Não se trata de uma diferença meramente *material*, ou seja, das

⁴⁶ “(...) o conceito [é] uma representação *universal* (*repraesentatio per notas communes*), ou *refletida* (*repraesentatio discursiva*). (...) O conceito opõe-se à intuição; pois ele é uma representação universal ou uma representação daquilo que é comum a diversos objetos, logo uma representação *na medida em que pode estar contida em diferentes objetos*”. (Immanuel Kant. *Lógica*, 1992, A 139/ Ak 91, p. 109).

⁴⁷ Jakko Hintikka, *Kant on the mathematical method*, 1992, p. 23. Tradução nossa.

matérias com que cada um se ocupa, e sim de uma diferença *formal*. Forma e método são sinônimos⁴⁸ ou se se quiser dizer de outro modo, desempenham suas funções em vista de um mesmo propósito, que é o de conformar aquilo que é material de modo adequado, produzindo, assim, um conhecimento verdadeiro de tal e tal objeto. Kant diz no início do capítulo sobre a Doutrina Transcendental do Método, aqui se investiga a *forma*⁴⁹ do conhecimento, pois a matéria do conhecimento já fora tratado na parte dedicada aos elementos⁵⁰. É nesse sentido que devemos entender a seguinte afirmação de Kant:

A forma do conhecimento matemático é a causa pela qual este só pode lidar com *quanta*. Pois somente o conceito de quantidade pode ser construído, isto é, exposto *a priori* na intuição, ao passo que as qualidades só podem ser expostas na intuição empírica. (*KrV*, A 714-5/ B 742-3)

Como as qualidades não podem ser construídas e não há outro meio de conhecê-las senão pela experiência; um conhecimento racional das qualidades, deste modo, só é possível por conceitos, se pretende valer de modo universal. A qualidade corresponde ao conceito de realidade, e ninguém, nos diz Kant, pode derivar da intuição este conceito, a única maneira de se chegar a ele é pela experiência, o que aparentemente⁵¹ implica o veto ao *a priori*, pois não é plausível chegar ao conceito da realidade de maneira anterior a da consciência empírica. “Eu só posso exprimir o conceito de causa em geral na intuição por

⁴⁸ Também Michel Fichant faz a aproximação, que acreditamos ser correta, entre forma e método. Cf. Michel Fichant. *Espaço estético e espaço geométrico em Kant*, 1999, p. 17.

⁴⁹ Ou o *plano*, para transformar um agregado em sistema, para consecução de uma arquitetônica do conhecimento.

⁵⁰ *KrV*, A 707/ B 735.

⁵¹ Dizemos “aparentemente”, pois com a explicitação daquilo que é próprio à filosofia, ou seja, uma “*síntese transcendental por meros conceitos*”, podemos ver uma instância *a priori*, não como intuição pura, mas sim como “*síntese de intuições possíveis*”. Tudo isso será melhor esclarecido mais adiante, por ora, basta o que fora mencionado.

meio de um exemplo que me seja fornecido pela experiência” (*KrV*, A 715/ B 743). Em outras palavras, o conceito da matemática não é dado, mas é construído, já o conceito da filosofia não é construído, e sim, dado.

1.4 – Dois tipos de conhecimento e a exigência crítica de dois métodos

Para que a diferença entre a filosofia e matemática se torne mais clara, Kant recorre ao exemplo do triângulo⁵²: dá-se ao filósofo o conceito de um triângulo e ele por meio da *análise*, já que só pode tratar de conceitos, nada conseguirá fazer, a não ser tornar mais claro os conceitos de linha, de três, de ângulo etc., mas não alargará o conhecimento; por não dispor de uma intuição que o guie, o filósofo não poderá sair do conceito; agora, dê o mesmo conceito ao geômetra e ele logo se põe a construir o conceito de triângulo na intuição e, por meio de raciocínios encadeados e guiados por regras simples, poderá chegar, recorrendo à intuição sensível, à proposições sintéticas sobre o conceito de triângulo. Para Schelling, esse exemplo introduzido por Kant em sua argumentação

é (...) tão astucioso quanto se Kant quisesse exigir do geômetra, em contrapartida, a construção de uma idéia, p. ex. a construção da beleza, do direito, da igualdade ou do próprio espaço (...)⁵³.

Porém, a real intensão do exemplo não é meramente retórica nem deprecia a filosofia, ao afirmar que esta não pode alargar o nosso conhecimento; o exemplo tampouco sugere que devemos abandoná-la para nos ater apenas à matemática

⁵² *KrV*, A 716/ B 744.

⁵³ SCHELLING, 2001. p. 93.

(geometria). O exemplo visa muito mais distinguir e separar o método de ambos os tipos de conhecimento; o exemplo de Kant mostra, antes, que nem a aplicação do método da matemática na filosofia pode ser exequível nem o contrário pode ser factível. Para assinalar a irreducibilidade de um método a outro, podemos propor, algo que Kant não faz, um exemplo análogo para o exame do geômetra: dê ao geômetra o conceito de *desejo*, ele pode virar e revirar tal conceito que nada conseguirá extrair, porque o conceito de desejo é uma qualidade, qual só pode ser dada numa experiência; é, portanto, um dado empírico que não pode ser construído, por não ser um *quanta* (mera grandeza); como o geômetra exporia *a priori* na intuição o conceito de algo que por natureza só pode ser dado *a posteriori*? Já o filósofo, que não pode tomar a definição como ponto de partida, apenas como meta a ser alcançada, pode desmembrar as notas característica do conceito de desejo e afirmar com certeza (sem, porém, definir o conceito) que *o desejo pressupõe o desejado*. Deste modo, se mostra, por meio de dois exemplos, a diferença radical entre os dois métodos: que o método da filosofia é *analítico* e o da matemática *sintético*.

É preciso notar que quando se refere à matemática, Kant a entende em duplo sentido: como geometria (como já vimos) que constrói grandezas (*quanta*) e como álgebra que constrói a mera grandeza (*quantitatem*) no tempo; aqui “se faz completa abstração da constituição do objeto que deve ser pensado segundo tal conceito de grandeza” (*KrV*, A 717/ B 745). Porque a álgebra faz abstração da constituição do objeto e apenas constrói quantidades em geral (números), ela utiliza uma determinada notação, tais como a adição, subtração, divisão etc.,

e, depois de ter indicado o conceito geral das grandezas segundo as suas diferentes relações, representa na intuição, de acordo com certas regras gerais, toda a operação pela qual é engendrada ou modificada a quantidade. Quando uma grandeza deve ser dividida por outra,

combina os caracteres de ambas segundo a forma que designa a divisão, etc., e alcança assim, mediante uma construção simbólica, tal como a geometria por uma construção ostensiva ou geométrica (dos próprios objetos), aquilo que o conhecimento discursivo, mediante simples conceitos, nunca poderia alcançar. (KrV, A 717/ B 745)

Este trecho que acabamos de citar suscita três questões principais: (1) o que devemos entender por *construção simbólica ou característica* na álgebra⁵⁴; (2) o que devemos entender por *construção ostensiva ou geométrica* na geometria; e (3) por que o conhecimento discursivo não pode alcançar aquilo que a álgebra e a geometria com os seus métodos obtêm?

(1) **O que devemos entender por *construção simbólica ou característica* na álgebra?** Na construção simbólica ou característica ocorre uma substituição dos objetos por símbolos, e esta substituição só pode ocorrer com os objetos que dizem respeito a quantidades, para poder, por meio de regras, resolver os problemas com a manipulação de símbolos. Do mesmo modo que a matemática (geometria) pode recorrer ao concreto, por exemplo, desenhando em um papel a figura do triângulo, e isso sem deixar de ser guiado por um ato *a priori*, a álgebra, por sua vez, por ser guiada na manipulação de signos por regras, podemos recorrer a uma verificação visual a sua correta aplicação, evidenciando, portanto, qualquer desvio. A prova é posta diante dos olhos, como Kant diz na seguinte passagem:

⁵⁴ Sobre a construção simbólica ou característica Kant é parcimonioso, dando apenas algumas indicações do que devemos entender por ela, sendo que a construção ostensiva (da geometria) ganha um cuidado maior e é mesmo o argumento predominante quanto ao método matemático neste capítulo (Doutrina transcendental do método). O motivo, assim nos parece, é que aquilo que vale para a geometria deve valer também para a álgebra, sendo, portanto, dispensável alongar a argumentação a respeito; a geometria tem por fundamento o espaço, a álgebra o tempo, estas duas partes da matemática tratam de um e o mesmo método de conhecimento: o do conhecimento por construção de conceito. Dito de outro modo, tanto a geometria como a álgebra apresentam o conceito *a priori* na intuição correspondente ao objeto. Só que uma pela construção ostensiva (geometria – determinação de uma figura no espaço) e a outra pela construção simbólica ou característica (álgebra – determinação de uma quantidade no tempo).

(...) o método da álgebra, com as suas equações, das quais extrai, por redução, a verdade, juntamente com a prova, (...) [é] uma construção característica, na qual, com a ajuda de sinais, se representam os conceitos na intuição, especialmente os de relação de grandezas e onde, sem mesmo considerar o aspecto heurístico, todas as conclusões estão garantidas contra o erro pelo fato de cada uma delas ser posta à nossa vista. (*KrV*, A 732/ B 762)

A universalidade na construção simbólica ou característica é resultado da correta manipulação dos signos, que substituem o objeto, de acordo com regras (LASSALLE CASANAVE, 2007, p. 59). A possibilidade das conclusões de um dado problema algébrico “ser posta à nossa vista”, não lhe limita a um uso empírico, pois o que está diante de nossos olhos é a *exibição do conceito* do mesmo modo como ocorre na geometria (*o ato da construção*)⁵⁵.

A ciência dos números, apesar da sucessão que toda construção de quantidade exige, é uma síntese intelectual pura, que representamos para nós mesmos no pensamento. Mas na medida em que quantidades específicas (quanta) devem ser determinadas de acordo com essa ciência, elas devem ser dadas a nós de tal maneira que possamos apreender sua intuição sucessivamente; e, portanto, esta apreensão é submetida à condição de tempo⁵⁶.

A construção simbólica ou característica, portanto, está restrita a mera quantidade (*quantitatem*) e por sua vez também ao âmbito da intuição *a priori*; seu conhecimento é intuitivo em oposição ao discursivo, pois o simbólico (os signos) aqui referido não dizem respeito a um objeto empírico, por exemplo, uma

⁵⁵ “Quando Kant diz que é o método dos matemáticos sempre considerar conceitos gerais *in concreto*, em uma aplicação particular, ele tem em mente o estabelecimento da *ecthesis* de uma proposição euclidiana onde uma proposição geométrica geral é 'exibida' ou 'mostrada'. 'por meio de uma figura particular. Isto é confirmado pelos exemplos por meio dos quais Kant explica sua teoria do método matemático. Ele diz que a superioridade do método matemático sobre o filosófico na geometria reside no fato de que o matemático pode desenhar figuras reais e realizar provas em termos de tais figuras”. (Jakko Hintikka, *Kant on the mathematical method*, 1992, p. 29). Tradução nossa.

⁵⁶ Carta de Kant para Johann Schultz de 25 de novembro de 1788. Tradução nossa.

cadeira que nós substituiríamos pela notação C e procedêssemos na inferência com outros “signos” M (mesa), S (sofá), etc., e ao final proferiríamos como conclusão a proposição: C, M e S, abstraída as suas diferenças, pertencem a categoria móveis. Não é disso que se trata, aqui houve uma substituição de conceitos por signos, mas o uso da razão ainda foi discursivo, um encadeamento lógico por meros conceitos. Construir significa acrescentar e todo acrescentar pressupõe uma síntese, o que nunca pode ocorrer sem uma intuição, e neste caso que se tem uma proposição apodítica, a intuição deve ser *a priori*.

Ora, de todas as intuições nenhuma é dada *a priori*, exceto a simples forma dos fenômenos, espaço e tempo; e pode-se representar *a priori* na intuição, isto é, construir, um conceito do espaço e do tempo, como *quanta*, ao mesmo tempo que a sua qualidade (a sua figura) ou também, simplesmente, a sua quantidade (a simples síntese do diverso homogêneo) mediante o número. (*KrV*, A 720/ B 748)

(2) O que devemos entender por *construção ostensiva ou geométrica na geometria*? Por construção ostensiva (geometria) devemos entender a determinação do espaço por uma figura geométrica. O espaço geométrico é, desse modo, factício, ele é formado e produzido na sua determinação por nós quando descrevemos uma linha ou uma figura (FICHANT, 1999, p. 29). A *descrição* de uma figura no espaço pressupõe muito mais do que a intuição, pois é uma ação, um ato da espontaneidade já que não se trata de um objeto no espaço; é um ato puro da síntese executado pela imaginação produtiva e que pode ser representado como um movimento:

(...) o movimento, enquanto *descrição* de um espaço, é um ato puro da síntese sucessiva do diverso na intuição externa em geral por intermédio da imaginação produtiva e pertence não só à geometria, mas também mesmo à filosofia transcendental. (*KrV*, B 156. Nota)

A possibilidade desta limitação, ou seja, da construção das figuras está garantida pela forma pura da intuição o espaço que é infinito, sendo que as figuras nada mais são do que maneiras de limitar o espaço infinito⁵⁷.

(3) Por que o conhecimento discursivo não pode alcançar aquilo que a álgebra e a geometria com os seus métodos obtêm? A filosofia não constrói nem ostensiva nem simbolicamente. A filosofia lida com qualidades (realidade) e não com grandezas (quantidades). À filosofia está destinado os conceitos dados. A matemática encontra seu caminho por meio de intuições, a filosofia o seu, por meio de conceitos. “Na filosofia”, diz acertadamente A. W. Moore,

onde o foco está na *experiência* - em outras palavras, na cognição *empírica* - e onde a intuição em questão deve, portanto, ser, pelo menos em parte, empírica, tal construção não é possível, pois a filosofia é um exercício *a priori*. O uso positivo da razão pura na filosofia procede assim diretamente dos conceitos, não da exibição de quaisquer objetos correspondentes da intuição⁵⁸.

Como a questão sobre o alargamento do conhecimento na *Crítica* gira em torno de proposições sintéticas *a priori* e não de proposições analíticas, a matemática parece ter vantagem sobre a filosofia, uma vez que devo ir além do conceito, “perseguir propriedades que, embora lhe pertençam, não se encontram nele” (*KrV*, A 718/ B 746). E como isso é possível? É possível “se determino meu objeto segundo as condições ou da intuição empírica ou da intuição pura” (*KrV*,

⁵⁷ “(...) todas as figuras são possíveis unicamente como modos diferentes de limitar o espaço infinito”. (*KrV*, A 578/ B 606)

⁵⁸ MOORE, A. W. 2010, p. 316.

A 718/ B 746). Peguemos, por exemplo, o triângulo, podemos medir os seus ângulos (determinação empírica); deste modo, somente podemos alcançar uma generalidade comparativa, nunca uma universalidade estrita, de tal modo que o resultado é uma proposição analítica; na determinação *a priori* ocorre, propriamente falando, uma construção, é a construção geométrica que por meio da imaginação produtiva *introduz o múltiplo que pertence ao esquema do triângulo em geral* na intuição pura, resultando, deste ato, proposições sintéticas *a priori*, por conseguinte, universais. Logo, a introdução do múltiplo na intuição pura é realizada por um ato que introduz algo não dado pelo conceito; ato, que em última instância, só pode ser atribuído a um sujeito cognoscente, ou seja, o sujeito transcendental⁵⁹. Mas não seria o múltiplo dado? O múltiplo não é dado antes do ato, mas simultaneamente com ele, pela própria construção; o triângulo não surge antes de sua definição, isto é, de sua determinação. Diferentemente, na filosofia o conceito é dado e, por isso, é anterior a sua definição, sendo possível antes mesmo de o filósofo alcançá-la. Dentre outras coisas, na filosofia está em questão a existência dos objetos, enquanto na matemática só o que lhe diz respeito são as propriedades dos objetos, ou seja, propriedades ligadas aos conceitos destes objetos.

Surgiu aqui uma questão capital. A partir dessas conclusões poderíamos inferir que, à filosofia estaria vetada toda possibilidade de síntese, já que lida com conceitos dados? Seria, por conseguinte, seu procedimento única e exclusivamente analítico? Ou ainda: o procedimento da filosofia, por não ser o

⁵⁹ "(...) é [n]a construção matemática, mais especificamente a geométrica, pela qual introduzo em uma intuição pura, do mesmo modo como em uma empírica, o múltiplo que pertence ao esquema do triângulo em geral, portanto ao seu conceito, que é como realmente se tem de construir proposições sintéticas universais" (KrV, A 718/ B 746).

da construção de conceitos, teria de ser necessariamente analítico, isto é, por análise de conceitos dados? A resposta (felizmente para a filosofia) é negativa. De fato, Kant diz que existe na filosofia uma *síntese transcendental* por conceitos:

Existe uma síntese transcendental por meros conceitos, de fato, que serve apenas à filosofia, mas ela nunca diz respeito a mais do que uma coisa em geral, sob cujas condições a sua percepção poderia pertencer à experiência possível. (KrV, A 719/ B 747)

Como essa síntese transcendental por meros conceitos é possível, Kant aqui nada diz, mas podemos entrever que ela garante, num primeiro momento, a possibilidade de fundamentar a filosofia, já que tal síntese discursiva se relaciona necessariamente com a experiência possível⁶⁰, unicamente pela qual podem nos ser dados objetos.

(...) o uso positivo da razão pura na filosofia não consiste na mera análise de conceitos. Por isso, é necessário algum fundamento adequado (não-empírico) no que nos é dado na intuição (empírica). O que, então, é esse fundamento? É a mera *possibilidade* de recebermos objetos na intuição empírica (...) ⁶¹.

A filosofia por meio de sua síntese deve poder lidar com os objetos dados de forma discursiva. Os *conceitos de coisa em geral* e os *conceitos transcendentais* dão conta desse “fundamento adequado (não-empírico)” que é exigido para se ter uma filosofia que produza conhecimentos que sejam universais e

⁶⁰ “(...) a forma da intuição (enquanto estrutura subjetiva da sensibilidade) precede toda a matéria (as sensações) e, por conseguinte, o espaço e o tempo precedem todos os fenômenos e todos os dados da experiência, e essa forma da intuição é que torna essa experiência possível” (KrV, A 267/ B 323)

⁶¹ MOORE, A. W. 2010, p. 316.

necessários. Desse modo, a primeira *Crítica* mostra que a filosofia está ligada a um uso da razão: o uso discursivo, que só é possível segundo conceitos, em contraposição ao uso intuitivo por meio da construção de conceitos, que pertence à matemática.

Cabe, assim, destacar o resultado parcial aqui alcançado: Kant nega que a filosofia possa adotar o mesmo método da matemática; nem por isso, pensa que cabe a ela unicamente, como poderia parecer, o método por mera análise de conceitos. Ao contrário, Kant admite que é próprio da filosofia que se emancipou da matemática um método que é possível graças aquilo que pertence somente a filosofia uma síntese transcendental por meros conceitos. Como entender esse método? Isso será melhor exposto na segunda parte⁶² de nossa pesquisa que apresentará a fundamentação da filosofia pelo método e as regras metodológicas, aqui pretendemos apenas mostrar como a filosofia se emancipa do método matemático.

1.5 – Dois usos da Razão: Intuitivo e Discursivo

A diferença entre o método da filosofia e o da matemática é compreendido por Kant como a diferenciação entre dois usos da mesma razão: “Nós buscamos apenas”, diz Kant, “(...) tornar clara a grande diferença que há entre o *uso discursivo* da razão, segundo conceitos, e o seu *uso intuitivo* por meio da construção de conceitos”⁶³. (*KrV*, A 719/ B 747)

⁶² 2 – A fundamentação da filosofia: regras metodológicas crítica.

⁶³ Grifos nosso

Qual é a causa que torna necessária os dois usos da razão? A causa ou a condição parece estar submetida à natureza do nosso conhecimento, pois todo o nosso conhecimento se refere a intuições possíveis, existindo dois modos do conhecimento se referir a elas:

(1) “(...) ou um conceito *a priori* contém já em si uma intuição pura, e pode então ser construída (...)”; (2) “(...) ou [o conceito] contém apenas a síntese de intuições possíveis, que não são dadas *a priori*, e então se pode perfeitamente julgar sinteticamente e *a priori* por meio dele, mas somente discursivamente, segundo conceitos, e jamais intuitivamente, por meio da construção de um conceito”. (*KrV*, A 720-1/ B 748/9)

O primeiro modo pertence à matemática: por construção de conceitos, caracterizando o uso intuitivo da razão: “(...) ou um conceito *a priori* contém já em si uma intuição pura, e pode então ser construída (...)”; e o segundo à filosofia: por conceito, uso discursivo da razão: “[o conceito] contém apenas a síntese de intuições possíveis, que não são dadas *a priori*, e então se pode perfeitamente julgar sinteticamente e *a priori* por meio dele, mas somente discursivamente, segundo conceitos (...)”. Os conceitos da filosofia, que são dados, contêm a síntese das intuições possíveis; aqui não se pode julgar intuitivamente, apenas discursivamente, o que mostra que esse uso da razão não é arbitrário, mas, isso sim, necessário. O uso discursivo preenche um âmbito da razão que jamais poderia ser ocupado pelo uso intuitivo, na medida em que não construímos *qualidades (existência)*, pois estas só podem ser dadas na experiência e conhecidas discursivamente por meio de conceitos. Desconsiderar o uso discursivo seria, em certo sentido, anular a própria razão ou conhecimentos que somente ela pode alcançar: um conhecimento racional por conceitos.

Esse tipo de conhecimento se desenvolve no uso discursivo e só é passível de verdade em uma experiência possível, que é a sua pedra de toque. As matérias dos fenômenos que são dadas no espaço e no tempo só podem ser representadas na percepção, ou seja, *a posteriori*. Os conceitos de espaço e tempo podem ser expostos *a priori* na intuição (também *a priori*); a matéria só pode ser representada na percepção (*a posteriori*). Há, porém, um conceito que representa *a priori* o conteúdo empírico, o *conceito de coisa em geral*, que nada mais é do que a mera *regra da síntese*, que, como vimos, pertence à filosofia (“Existe uma síntese transcendental por meros conceitos, de fato, que serve apenas à filosofia, mas ela nunca diz respeito a mais do que uma coisa em geral sob cujas condições a sua percepção poderia pertencer à experiência possível”. *KrV*, A 719/ B 747).

O conceito de coisa em geral nos dá a mera regra da síntese, isto é, aquilo que é *a priori* nesta instância. A peculiaridade dessa instância é que ela não repousa na intuição ou no uso intuitivo, mas antes no uso discursivo da razão. Isso se dá pelo fato de que por meio do conceito de coisa em geral e sua síntese eu não passo *a priori* para a intuição que lhe corresponde; resultando disso que não surge aqui “nenhuma proposição sintética determinante, mas apenas um princípio da síntese das intuições empíricas possíveis” (*KrV*, A 722 /B 750). O princípio da síntese é, portanto, discursivo.

Sendo assim a filosofia não parece ter nenhuma desvantagem em relação a matemática quando se tem em vista o alargamento de nosso conhecimento; já que podemos alcançar proposições sintéticas na filosofia.

“Proposições sintéticas sobre coisas em geral”, diz Kant, “cuja intuição não pode ser dada *a priori*, são transcendentais” (*KrV*, A 720/ B 748). Ora,

proposições transcendentais “contêm apenas a regra segundo a qual uma certa unidade sintética deve ser empiricamente buscada para algo que não pode ser representado intuitivamente *a priori* (as percepções)” (*KrV*, A 720/ B 748). Ou seja, tais proposições não podem ser dadas *a priori* por meio da construção de conceitos porque são, em última análise, condições de possibilidade (princípios sintéticos⁶⁴) do conhecimento discursivo, por meros conceitos. Seus conceitos não são apresentados *a priori* na intuição, mas apenas *a posteriori* por meio da experiência possível, e esta só é possível por sua vez graças a essas proposições transcendentais que contêm a regra da unidade sintética de todo conhecimento empírico. Conhecimento este que mostra em ato uso discursivo da razão.

A garantia do uso discursivo é em certa medida a garantia da Filosofia, que esta seja legítima e um produto necessário da razão. E na base desse uso está o princípio da síntese, um conceito transcendental, que contém em si *a síntese das intuições empíricas possíveis (percepções)*. Por esse conceito não conter nenhuma intuição, sua síntese não pode sair do conceito em direção a uma intuição que poderia lhe corresponder; assim sendo, o que este conceito transcendental contém e o que pode surgir dele é “um princípio da síntese das intuições possíveis” (*KrV*, A 722/ B 750). Kant recorre, como exemplo, ao conceito transcendental de *causa*: por meio dele passo às condições do tempo em geral que deveriam ser encontrados na experiência em conformidade com o conceito de causa, pois saio realmente de um conceito empírico, mas não em direção a intuição que representaria *in concreto* esse conceito, eu procedo por

⁶⁴ *synthetischen Grundsätzen*.

conceitos (meu conhecimento na experiência é mediato) e não por construção de conceitos⁶⁵.

A Filosofia é um conhecimento racional por conceitos, ou seja, seus conceitos não contêm nenhuma intuição (nem empírica nem pura); as intuições puras, como forma pura da sensibilidade (o espaço e o tempo), são as únicas que são dadas *a priori* como formas dos fenômenos, já a matéria dos fenômenos só pode ser representada na percepção, isto é, *a posteriori*. E a percepção⁶⁶ é possível graças ao único conceito que pode ser representado *a priori*, o conceito de *coisa em geral*, conceito este que contém a regra da síntese. E os conceitos transcendentais (p.ex. força), são responsáveis pela unidade sintética de todo conhecimento empírico, unidade essa que possibilita o uso discursivo da razão, cujo limite e campo de atuação é a experiência possível. Kant denomina o conceito transcendental, princípios sintéticos (*synthetischen Grundsätzen*)⁶⁷, cuja a possibilidade de um conhecimento sintético da razão (ou seja, discursivo)

⁶⁵ *KrV*, nota. A 722/ B 750.

⁶⁶ Percepção enquanto unidade e não o meramente perceber as coisas no espaço e no tempo sem nenhuma ligação entre si, o que remeteria a um mero agregado de percepções desconexas; o que Kant busca em toda a sua filosofia de um certo modo é um sistema, isto é, o conhecimento como unidade. Cf. *KrV*, A 832/ B 860. “(...) a unidade sistemática é o que converte o conhecimento vulgar em ciência, isto é, transforma um simples agregado desses conhecimentos em sistema(...)”.

⁶⁷ Schelling parece ser totalmente incrédulo quanto a possibilidade de tais *proposições sintéticas*, e se elas são possíveis, Kant não teria dado uma explicação de como ele chegou a elas; nas suas palavras: “Kant não pode, (...) sequer dar plena justificativa de seu próprio procedimento, como ele mesmo, a saber, chegou àqueles conceitos sintéticos. É bem certo, também, que não os construiu, uma vez que antes os coligiu, por analogia, da experiência” (Schelling, *Sobre a Construção na Filosofia*, 2001, p. 94). Ora, só que Schelling parece ignorar que, no capítulo sobre a metodologia o que está em jogo é o *plano* para a passagem de um tipo de conhecimento para uma ciência, ou dito de outro modo, Kant explora a parte *formal*, já que a parte material fora exposta na primeira parte da *Crítica*, na Doutrina dos elementos. Então o modo como ele chegou a tais conceitos deve ser buscado em outro lugar da *Crítica*, isto se Kant for realmente rigoroso quanto ao seu projeto crítico, que exige, completude e sistematicidade.

cabe somente a ele. Aqui começamos a nos aproximar da síntese que Kant almeja alcançar na filosofia/metafísica e que ele anuncia em 1764⁶⁸.

Existem dois usos da razão, como dissemos mais acima, e, agora podemos afirmar com certeza, um é intuitivo e outro discursivo. Ambos têm em comum a universalidade do conhecimento e a origem *a priori*;

(1) **o uso intuitivo**, origem *a priori*: formas puras da sensibilidade (intuições dadas *a priori*), universalidade do conhecimento: proposições sintéticas *a priori* por construção de conceitos;

(2) **uso discursivo**, origem *a priori*: conceito de coisa em geral (representação *a priori* da matéria do fenômeno) – conceito transcendental (regra da síntese das intuições empíricas dada *a priori*), universalidade do conhecimento: conhecimento sintético da razão segundo meros conceitos.

A diferença entre esses dois usos da razão está no procedimento, e isto em razão do fenômeno, único meio pelo qual os objetos podem nos ser dados (como eles aparecem para nós), comporta uma dupla distinção em sua natureza: formal e material. “(...) a forma da intuição (espaço e tempo) pode ser conhecida e determinada *a priori* (...)” (*KrV*, A 723/ B 751). Por outro lado, “(...) a matéria (o elemento físico), significa um algo que se encontra no espaço e no tempo e contém uma existência e corresponde à sensação” (*KrV*, A 723/ B 751). Neste caso, nada pode ser determinado a não ser empiricamente e o único elemento *a priori* que este contém são conceitos⁶⁹ indeterminados, isto é, *a regra da síntese de intuições (percepções) possíveis*.

⁶⁸ *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*.

⁶⁹ “(...) o conceito é uma regra da síntese das percepções (...)”. *KrV*, A 722/ B 750.

Do resultado deste exame quanto ao que pertence ao uso discursivo, Kant apresenta (não de modo exaustivo) aquilo que acredita ser o campo de atuação da filosofia mediante o uso discursivo:

Considerar algo que existe (uma coisa no espaço ou no tempo) no que diz respeito a se e quanto ele é ou não um *quantum*; se uma existência tem ou não de ser nele representada; até que ponto esse algo (que preenche o espaço ou o tempo) é um substrato primeiro ou uma mera determinação; se ele tem uma referência de sua existência a outra coisa como causa ou efeito, e, finalmente, se está isolado ou em dependência recíproca com outrem quanto à existência; considerar a possibilidade dessa existência, sua realidade e necessidade, ou os contrários destes; tudo isso pertence ao conhecimento racional por conceitos, que é denominado *filosófico*. (*KrV*, A 724/ B 752)

O conhecimento filosófico, portanto, está no campo do conceito enquanto dado e não construído, enquanto qualidade; o que a filosofia pode por meio de conceitos é, entre outras aplicações elencadas por Kant (como bem mostra a citação acima), estruturar a percepção, uma vez que essa tem uma unidade *a priori*, mesmo que sua aplicação seja empírica, isto é, na experiência. No uso intuitivo ou conhecimento racional matemático não entra em questão a realidade ou a não-realidade de algo⁷⁰; o que no uso intuitivo-matemático se faz é

determinar uma intuição *a priori* no espaço (figura), dividir o tempo (duração) ou simplesmente conhecer o universal da síntese de uma única e mesma coisa no tempo e no espaço, e a quantidade de uma intuição em geral (número) que surge daí; isto é um trabalho da razão por construção de conceitos, e se denomina matemático. (*KrV*, A 724/ B 752)

⁷⁰ Considerar algo que existe.

Porque os filósofos-matemáticos não se preocuparam em examinar estes dois usos da razão e também terem desconsiderado a real natureza da Filosofia, a matemática acabou se tornando modelo de um conhecimento rigoroso e deste modo seu método⁷¹ foi estendido para além dos seus objetos⁷² e de seu uso legítimo.

Qual o motivo que teria levado a Filosofia, antes da *Crítica*, a se conceber a si mesma como um duplo da matemática? Podemos assegurar que, porque a Filosofia, com seus conceitos discursivos *a priori*, não pode “tornar intuível *a priori* a realidade de tais conceitos” (*KrV*, A 725/ B 753) e, deste modo, não os teria dado um fundamento seguro, teria levado a resultados infundados ou à ausência completa de resultado. Assim desacreditada, alguns matemáticos-filósofos procuram lhe aplicar o método matemático, ignorando por completo a especificidade dos dois usos da razão. “Como nunca filosofaram sobre a sua matemática (um negócio difícil!), nunca lhes veio à mente a diferença específica entre esses dois usos da razão” (*KrV*, A 725/ B 753), senão teriam entrevisto, ao menos em parte, a natureza peculiar da Filosofia.

Depois de ter trazido à luz os dois usos da razão, a *Crítica* deve determinar os limites de cada um, para que os erros dos matemáticos-filósofos sejam dirimidos; de que erros se tratam? Não há erro na aplicação enquanto se está na experiência possível, mas sem um exame crítico que estabeleça os limites de seu uso facilmente estes matemáticos-filósofos deslizam de forma descuidada

⁷¹ O sucesso leva a razão a supor “que, se não a própria matemática, ao menos o seu método também seria bem-sucedido fora do campo das quantidades reduzindo todos os seus conceitos a intuições que a matemática pode fornecer *a priori* e, assim, fazendo dela como que a senhora da natureza (...)” (*KrV*, A 724-5/ B 752-3).

⁷² Na geometria: quantidades (*quanta*); na álgebra: a mera quantidade (*quantitatem*).

“do terreno inseguro dos conceitos puros, e mesmo transcendentais, cujo fundamento não lhe permite nem ficar de pé” (*KrV*, A 725/ B 753). E, assim, mais uma vez a Filosofia é desacreditada por seus resultados; ou seja, por não terem conhecimento dos usos distintos da razão e em qual deles a Filosofia deveria se encaixar, não foram capaz de dar-lhe um fundamento; sem esse, a filosofia não está dada senão em ideia, mas jamais como ciência efetiva⁷³. É, por isso, tarefa da *Crítica* a fundamentação da filosofia a partir de uma real necessidade, não por um arbítrio; nas palavras de Kant: “ninguém tenta produzir uma ciência sem ter uma ideia por fundamento” (*KrV*, A 834/ B 862). A aproximação da ideia é, assim, a produção da própria ciência.

1.6 – A Filosofia como *Disciplina* para a Razão

O capítulo da *Crítica* denominado A disciplina da razão pura⁷⁴ tem por objetivo explícito encontrar uma disciplina para a razão, como mencionamos no início de nosso Capítulo. Um dos motivos da razão precisar de uma disciplina para coagi-la a não ultrapassar o âmbito da experiência possível surge da relação da própria razão com a matemática, mais precisamente, do sucesso desta última em proceder sem ser constrangida pelos estreitos limites da experiência, por isso podemos assegurar de que a matemática não pode legislar a razão, sendo ela uma das causas do extrapolamento desta. Do mesmo modo que a filosofia não

⁷³ Cf. *KrV*, A 838/ B 866. Examinaremos esse tema mais adiante, por ora convém ressaltar que dizer que a filosofia não está dada e ela ser impossível, são duas coisas completamente diferentes.

⁷⁴ Mais exatamente: Capítulo I. A disciplina da razão pura; *Primeira seção*: A disciplina da razão pura no uso dogmático.

pode imitar (como iremos mostrar) as três operações da matemática⁷⁵, a matemática não pode “recusar as advertências da filosofia nem colocar-se acima delas” (*KrV*, A 727/ B 755). Em certa medida, quando a Filosofia se volta para a matemática é para conhecer os seus limites.

Tomando um caminho que aparentemente é negativo, isto é, ao apresentar aquilo que *não pertence* à Filosofia, Kant vai além do que se poderia supor e apresenta de modo positivo aquilo que realmente pertence a Filosofia. Esse ganho nós denominamos *regras*, como o caminho real para fundamentar a filosofia. Primeiramente, Kant apresenta que temos a ideia de uma Filosofia em nós; não tendo por sua origem nem o espaço nem o tempo (como é para a matemática), sua possibilidade está no uso discursivo da razão. E como o uso discursivo se estende para além da Filosofia, já que é um uso natural⁷⁶, ou podemos até dizer, é próprio ao senso comum, é preciso que a Filosofia tenha algo de próprio para que se possa dizer o que seja a própria Filosofia:

Se se quiser apresentar um conhecimento como *ciência*, importa, primeiro, poder determinar exatamente o seu carácter distintivo, o que ele não tem de comum com mais nenhum e o que, portanto, lhe é *peculiar*; de outro modo, os limites de todas as ciências confundem-se (...). (*Prolegômenos*. §1, A 23, p. 23)

O que é próprio da Filosofia e a distingue das demais ciências já dadas *in concreto* são as *regras metodológicas*, que Kant encontra no *uso discursivo*, ou seja, no uso caracterizado pela *síntese transcendental por meros conceitos*.

⁷⁵ *Definições, axiomas e demonstrações*; estas três operações que conferem a matemática a sua natureza, não podem ser imitados pela Filosofia, o seu método deve ser totalmente outro.

⁷⁶ “Natural” (sem consciência das regras – senso comum) aqui se contrapõe ao “uso artificial” (com consciência das regras – científico).

O método da matemática é vinculado à construção de conceitos na forma pura da sensibilidade (o espaço e o tempo)⁷⁷; já na Filosofia é preciso distinguir entre a fundamentação que é estabelecida pelas *regras metodológicas* por um lado e a origem ou fonte do conhecimento por outro, a qual nada mais é do que a sua possibilidade. A origem ou a fonte de conhecimento da filosofia parece estar localizada no uso discursivo da razão e em uma ideia de uma ciência possível que poderia fazer um uso legítimo de tal discursividade.

Como esse *Capítulo 1* busca mostrar a emancipação da Filosofia em relação à matemática; como também já atingimos um resultado satisfatório até aqui quanto ao *objeto* e à *fonte do conhecimento* e, parcialmente, quanto ao *modo de conhecimento*, resta pouco para esclarecer (assim esperamos) como a Filosofia alcança a sua distinção graças ao método crítico de Kant⁷⁸. Por isso, pretendemos agora completar essa última categoria (modo de conhecimento) que é para Kant requisito indispensável para *apresentar um conhecimento como ciência*. A saber, para encontrar o que é próprio da Filosofia em contraposição às *definições*, *axiomas* e *demonstrações* que pertencem à matemática, aplicadas pelos matemáticos-filósofos indiscriminadamente na Filosofia.

⁷⁷ Michel Fichant. *Espaço estético e espaço geométrico em Kant*, 1999, p. 17.

⁷⁸ “Esse método crítico, porém, só é essencialmente próprio da filosofia transcendental e, em todo o caso, pode ser dispensado em todos os outros campos de investigação, exceto neste”. (*KrV*, A 425/ B 452).

1.7 – Regras para o uso correto da Matemática em contraposição com regras (metodológicas) da fundamentação da Filosofia

É exatamente nesse momento do texto “Disciplina da razão pura no uso dogmático”, em que Kant apresenta a condição que confere solidez à matemática, que encontramos, pela primeira vez, as *regras metodológicas* que fundamentam a filosofia. Aqui, como em todo o texto, a matemática serve como um exemplo de uma ciência concretizada que apresenta um certo uso da razão, o intuitivo, ampliando por comparação seu outro uso, o discursivo.

Notemos (...) que a filosofia não é inquirida de dentro, ou seja, a partir de sua própria história, mas de fora, isto é, a partir dos usos da razão que ciências já consolidadas tornaram possíveis⁷⁹.

São três as regras que estão no fundamento da filosofia: *explicações, princípios discursivos e provas acroamáticas*; cada uma dessas regras será exposta por Kant em contraposição as regras da matemática que não a fundamentam (pois o fundamento da matemática são as formas puras da sensibilidade – o espaço e tempo), mas apenas servem demonstrar a aplicação da matemática em seu âmbito, que não é o da filosofia, o das grandezas (*quanta*).

Iremos seguir aqui a ordem expositiva kantiana.

“*Definir*, como a própria expressão indica, deve significar apenas, em sentido próprio, expor o conceito completo de uma coisa, originariamente, no interior de seus limites” (*KrV*, A 727/ B 755). Destacam-se três notas do que devemos entender por definição: (1) *completude (Ausführlichkeit)*, denota clareza e

⁷⁹ SENEDA, 2009. p. 239.

suficiência das características; (2) *limites (Grenzen)*, significa a precisão, isto é, que nada além delas (das notas características) pertence ao conceito; e por fim, (3) *originariamente (ursprünglich)*, denota que essa determinação de limites não é derivada de outra parte e, portanto, não exige prova. Segundo o termo *definição*, aquilo que ela exige não pode jamais ser alcançado por um conceito empírico, este não pode ser definido, mas por outro lado pode e deve ser *explicado (expliziert)*. Não se pode definir um conceito empírico, por exemplo, o conceito de ouro, porque pode-se algumas vezes pensar mais caracteres e outras vezes pensar menos; algumas vezes penso sob a palavra que designa esse conceito: ele é amarelo, dúctil, um metal, mas em outras ocasiões podemos pensar que o ouro é um metal amarelo. A *definição* não percorre todas as notas de um conceito empírico e, por isso, não pode ser definido; em contrapartida ele pode ser *explicado (expliziert)*, ou seja, procedendo por análise, posso atingir as suas notas características, dando, assim, maior clareza lógica ao conceito. Os conceitos empíricos, portanto, não comportam as três notas que a *definição* pressupõe: *completude (Ausführlichkeit)*, *limites (Grenzen)*, e *originariamente (ursprünglich)* (determinação de limites – não-derivado).

Kant apresenta ainda uma segunda instância que não pode ser definida, o conceito dado *a priori*, por exemplo, o conceito de causa, substância etc., porque eles podem conter muitas representações obscuras; “(...) a completude da análise de meu conceito é duvidosa e só pode ser tomada *supostamente* certa através de muitos exemplos adequados, mas jamais *apoditicamente* certa” (*KrV*, A 729/ B 757). Isto posto, nota-se que somente conceitos construídos podem ser realmente definidos, ainda mais quando Kant, na busca de uma expressão

melhor, substitui a palavra *definição* por *exposição (Exposition)*⁸⁰, e como já vimos, *construir um conceito nada mais é do que expor a intuição a priori ao conceito correspondente*⁸¹. A aproximação do termo definição de exposição não é arbitrária, já que só posso ter consciência de todas as notas características daquilo que eu mesmo construo, como, por exemplo, um o conceito de triângulo. E este conceito não surge antes da *definição ou exposição*, porque não é dado:

Somente a matemática possui definições. Pois o objeto que ela pensa também é exposto *a priori* por ela na intuição, e não pode conter nem mais nem menos do que o conceito, já que este foi dado através da definição originariamente, i. e., sem que a definição fosse deduzida de outra parte. (*KrV*, A 729-8/ B 757-8)

Com efeito, a *definição* está vetada para a Filosofia; não podendo definir (realmente, não nominalmente) seus conceitos, a Filosofia não pode senão *explicar* o conceito. Ou seja, aquilo que é chamado de definições em Filosofia deve ser entendido de outro modo que a definição na matemática: “as definições filosóficas são produzidas apenas como exposições de conceitos dados (...) analiticamente, por decomposição (cuja completude não é apoditicamente certa)” (*KrV*, A 730/ B 758). Por outro lado, as definições matemáticas são produzidas por construção de conceitos que são, por sua vez, originariamente formados.

Os *axiomas (Axiomen)*, “são princípios sintéticos *a priori*, na medida em que são imediatamente certos” (*KrV*, A 732/ B 760). Um conceito não pode estar

⁸⁰ “Em lugar da expressão ‘definição’ eu utilizaria, de preferência, a expressão *exposição*, que é sempre cautelosa e pode ser aceita pelos críticos até certo ponto, ainda que mantendo dúvidas quanto à sua completude”. (*KrV*, A 729/ B 757).

⁸¹ Cf. *KrV*, A 713/ B 741.

ligado a outro sinteticamente e de maneira imediata, pois para sair de um conceito e passar a outro eu necessito de um terceiro, como um mediador. Por isso, já começamos a perceber que a Filosofia (conhecimento racional por conceitos) não pode possuir *axiomas (Axiomen)*. Já a matemática é um conhecimento que parece ser capaz de conter *axiomas (Axiomen)*. Como isso é possível? É possível porque a matemática “pode, por meio da construção dos conceitos, conectar os predicados do objeto, *a priori* e imediatamente, na intuição do mesmo” (*KrV*, A 732/ B 760). Por exemplo, uma figura de três lados é um triângulo.

Todavia, na Filosofia também encontramos princípios sintéticos aos quais se contrapõem aos *axiomas (Axiomen)* que são, em última análise, princípios intuitivos. Só que os princípios sintéticos da Filosofia são derivados de meros conceitos, e estes não podem nunca ser imediatamente certo, já que é preciso recorrer a um termo médio como, por exemplo, o princípio de causa, *tudo o que acontece tem sua causa*. Aqui, o termo médio outra coisa não é do que a “determinação temporal em uma experiência, e não poderia conhecer tal princípio direta e imediatamente, apenas a partir dos conceitos” (*KrV*, A 733/ B 761). É nesse sentido que devemos entender porque Kant diz que princípios discursivos precisam sempre de uma nova *dedução*, isto é, de uma justificação de direito, enquanto que os princípios intuitivos (*axiomas – Axiomen*) não necessitam, pois são evidentes. E se Kant fala em axiomas da intuição na *Análítica transcendental* (na tábua dos princípios do entendimento que são conceitos) é apenas para evidenciar o princípio da possibilidade dos axiomas em geral, pois o princípio aqui explicitado é “um princípio derivado de conceitos” (*KrV*, A 733/ B 761), ou seja, o princípio não é em última instância um axioma.

Kant parece proceder deste modo, para evidenciar que a possibilidade da matemática só pode ser mostrada pela filosofia transcendental⁸², a matemática não pode demonstrar a sua própria possibilidade, este campo está fora de sua alçada, já que ela deve tratar apenas de grandezas em geral e não pode ultrapassar esse limite sem que ela mesma se falsifique.

“A Filosofia, portanto, não tem axiomas e nunca pode impor os seus princípios *a priori* de maneira tão absoluta, mas tem antes de contentar-se em justificar, por meio de uma rigorosa dedução, a sua prerrogativa em relação a eles” (*KrV*, A 734/ B 762). A Filosofia possui princípios *a priori* (como qualquer ciência em sentido rigoroso), mas o seu trabalho, por ela proceder por meros conceitos, exige sempre uma dedução rigorosa, tanto para justificar os seus princípios *a priori* como para a legitimação de sua aplicação. Pois seus princípios são discursivos e não intuitivos; este, por sua vez, por serem evidentes, não necessitam de dedução (no sentido de justificação): “Somente uma prova apodítica, na medida em que é intuitiva, pode denominar-se demonstração [*Demonstrationen*]” (*KrV*, A 734/ B 762). A experiência e, por conseguinte, as comprovações empíricas que daí advêm não podem *oferecer uma prova apodítica*. Por prova apodítica deve-se entender uma prova acompanhada pela consciência da necessidade, e por essa razão, não pode ser extraída da experiência. Deste modo, a experiência nos ensina aquilo que acontece, mas que poderia ser de outro modo. Assim podemos constatar que a partir de conceitos *a priori*, nunca pode surgir uma certeza intuitiva, mesmo que o juízo possa ser apoditicamente certo, já que esses conceitos devem ser aplicados na experiência, o que faz de seu conhecimento um conhecimento *mediato*:

⁸² *KrV*, A 733/ B 761.

“Somente a matemática (...) contém demonstrações, pois ela não deriva o seu conhecimento de conceitos, mas da construção de conceitos, i. e., da intuição que pode ser dada *a priori* em correspondência aos conceitos” (*KrV*, A 734/ B 762). Isso pode ser mais facilmente compreendido no procedimento característico ou simbólico da álgebra, que através dos seus sinais os conceitos são expostos na intuição, aqui não se recorre a elementos heurísticos, o que assegura as inferências contra os erros é que elas são postas, cada uma, diante dos olhos (o que Lassalle Casanave chama de certeza *ad oculos*)⁸³, isto é, apresentadas na intuição ou *in concreto*, por meio de anotações em papel, por exemplo.

Em vista disso, podemos averiguar o modo particular da matemática de considerar e investigar o universal: ela pode investigar o universal “*in concreto* (na intuição singular) e, ao mesmo tempo, por meio de uma representação pura *a priori*, em que todo passo em falso se torna visível” (*KrV*, A 735/ B 763). Ou seja, a matemática considera o universal no particular (no singular). Já a Filosofia por lidar com conceitos, nunca pode atingir um singular⁸⁴, e o seu conhecimento “tem que considerar o universal sempre *in abstracto* (por conceitos)” (*KrV*, A 735/ B 763). Dito de outro modo, a Filosofia considera o particular no universal. Por causa do modo particular de cada um desses tipos de conhecimento considerar o universal, fica claro que a *demonstração* só pode pertencer a matemática, pois *demonstrações* [*Demonstrationen*], “como já a expressão indica, desenvolvem-se na intuição do objeto” (*KrV*, A 735/ B 763) e não por meio de conceitos. As

⁸³ “(...) um tal tipo de conhecimento [conhecimento por construção simbólica] exhibe certeza *ad oculos*: a manipulação de signos está sujeita a regras cuja correta aplicação podemos verificar visualmente”. (Abel Lassalle Casanave, 2007, p. 57).

⁸⁴ Cf. Immanuel Kant. *Lógica*, A 139, Ak 91. O conceito é uma representação universal.

provas filosóficas, distintas das demonstrações matemáticas, são denominadas por Kant de “*provas acroamáticas* (discursivas)⁸⁵, pois só podem ser produzidas através de meras palavras (o objeto no pensamento)” (*KrV*, A 735/ B 763).

Kant divide as proposições apodíticas em duas instâncias, uma aparentemente pertencendo a Filosofia e a outra relacionada ao conhecimento matemático, são elas: proposições apodíticas demonstráveis, denominada *dogmata*; e a segunda, as proposições apodíticas imediatamente certas, denominada por sua vez de *mathemata*. “Uma proposição diretamente sintética a partir de conceitos é um *dogma*” (*KrV*, A 736/ B 764). Uma proposição diretamente sintética a partir da “construção de conceitos é um *mathema*” (*KrV*, A 736/ B 764). Tal definição já exclui da categoria *dogmas* os juízos analíticos. E como já dissemos, amiúde, a Filosofia é um conhecimento racional por conceitos; então o primeiro tipo de proposição lhe pertenceria? Para responder a essa questão é preciso recorrer ao uso da razão, pois é nessa instância em que a Filosofia se inscreve. Só que na razão pura no uso especulativo, não há nenhum juízo por conceitos, que seja diretamente sintético. E qual a razão disso? Ora, além do uso meramente especulativo ser discursivo e não intuitivo, as ideias como produtos da razão não conseguem produzir juízos sintéticos que possam ter validade objetiva, ou seja, que se refiram diretamente a algum objeto. Mas “através dos conceitos do entendimento, ela [a razão] de fato estabelece princípios seguros (...) indiretamente, através da relação desses conceitos a algo inteiramente contingente, a saber, a experiência possível” (*KrV*, A 737/ B 765).

85 Como bem nos faz notar Marcos César Seneda, citando a “*Encyclopädisches Wörterbuch der kritischen Philosophie*”, em seu artigo “Conhecimento racional por conceitos (filosofia) e conhecimento por construção de conceitos (matemática)”: “Nas provas *acroamáticas* ouve-se (*hört man*) simplesmente o argumento, nas [provas] *matemáticas*, que por isso também se chamam *intuitivas* (pertencentes à visão), se as vê (*sieth man*) na construção” (*MELLIN*, 1797, p. 69, Bd. I, apud *SENEDA*, 2018, p. 49).

Logo, uma proposição diretamente sintética a partir de conceitos (*dogma*) deve ser tomada como algo totalmente estranho, tanto para a razão quanto para a Filosofia⁸⁶. Portanto, um verdadeiro princípio da Filosofia não é um *dogma*. Isso se torna mais claro quando olhamos para a proposição: *tudo o que acontece tem a sua causa*, que não pode ser discernida rigorosamente por meio de conceitos dados, mas ela pode ser provada apoditicamente, só que somente na experiência.

Assim, Kant afasta por completo aquelas proposições que são denominadas *dogmas* da razão da Filosofia, e para evitar qualquer mal-entendido ele acrescenta em sua explicação que as proposições da Filosofia, por mais que elas tenham de ser provadas não são teoremas. Kant é enfático, as proposições da Filosofia devem ser chamadas de *princípios*, sendo que produzem a condição de possibilidade de sua demonstração⁸⁷, que outra coisa não é do que a experiência, o que um teorema nunca pode realizar.

Não havendo, pois, nem mesmo quanto ao conteúdo, nenhum dogma no uso transcendental da razão pura, então todo método dogmático é inadequado, quer seja emprestado à matemática, quer seja elaborado de uma maneira própria. Pois ele apenas oculta os defeitos e erros e engana a filosofia, cuja autêntico propósito é iluminar ao máximo todos os passos da razão. (*KrV*, A 737/ B 765)

⁸⁶ Hermann Cohen, *La discipline dans l'usage dogmatique*, in: *Commentaire de la "Critique de la raison pure" de Kant*, 2007, p. 227.

⁸⁷ "(...) porque tem a peculiar propriedade de tornar primeiramente possível a sua própria demonstração, a saber, a experiência, e nesta tem de ser sempre pressuposta". (*KrV*, A 737/ B 765)

Em vista disso, nenhum método dogmático⁸⁸ parece ser adequado à razão, mas se a razão é subjetivamente um sistema⁸⁹, ela necessita de um método sistemático. E se o método filosófico tem de ser também sistemático, este não deve ser, pelas razões acima apresentadas, dogmático⁹⁰, mas crítico. E, a partir da apresentação *do autêntico proposito* da Filosofia, ela ganha contornos cada vez mais bem definidos; podemos dizer, com certa confiança, que a Filosofia como ideia de uma ciência possível tem um papel muito importante na economia da *Crítica da razão pura*, pois o que significa “iluminar ao máximo todos os passos da razão” (o que a matemática não consegue realizar), senão que ela é a *legisladora da razão*? A filosofia é um tipo de conhecimento que pode oferecer à razão uma disciplina (*Disziplin*), fazendo com que ela não ultrapasse os limites do seu uso legítimo.

Agora, que a fundamentação da filosofia possa ser dada pelo método não é algo fácil de ser apreendido no texto kantiano. Ainda mais porque ao final desse Capítulo⁹¹, Kant insere um trecho desconcertante para quem busca a fundamentação da Filosofia a partir da exposição do método; trecho esse que acreditamos ter sido a causa para que muitos estudiosos do pensamento crítico

⁸⁸ Cabe ressaltar aqui que método dogmático é sinônimo de procedimento estritamente demonstrativo, o que se opõe por completo a dogmatismo, que é um procedimento por razão pura sem um exame prévio desta faculdade. Cf. *KrV*, B XXXV.

⁸⁹ “A unidade da razão é a unidade do sistema e esta unidade sistemática não serve objetivamente à razão, como princípio para a estender aos objetos, só subjetivamente serve de máxima para a estender a todo o possível conhecimento empírico dos objetos”. (*KrV*, A 680/ B 708)

⁹⁰ Com esse resultado, Kant pode então responder à questão inicial desse Capítulo (*A disciplina da razão pura no uso dogmático*), a saber, “se o método de chegar à certeza apodítica, a que na última ciência [matemática] se denomina *matemático*, é idêntico àquele com que se busca a mesma certeza na filosofia e que, assim, teria de denominar-se *dogmático*” (*KrV*, A 713/ B 741). A resposta é duplamente negativa, nem o método é idêntico entre a matemática e a filosofia, nem o método da filosofia pode denominar-se *dogmático* (cf. *KrV*, A 737/ B 765), o método adequado a filosofia deveria denominar-se *crítico*.

⁹¹ *A disciplina da razão pura no uso dogmático*.

kantiano não abordem o tema que aqui propomos, qual seja, o da *fundamentação da filosofia*⁹². Eis o trecho: “Sobre o método próprio de uma filosofia transcendental, contudo, não podemos aqui dizer nada, já que só estamos tratando de uma crítica das condições de nossa faculdade (...)” (*KrV*, A 738/ B 766).

Parece então que todo o nosso trabalho de investigação não passou de esforço vão, já que o próprio Kant se exime deliberadamente de fornecer aquilo que buscamos. Mas isso é um mero mal-entendido. Kant diz que o método da *filosofia transcendental* não pode ser e não é desenvolvido aqui⁹³ de modo exaustivo; mas ele apresentou uma parte e algumas diretrizes do método e consequentemente a condição de possibilidade da fundamentação da *filosofia*. Já que,

Com efeito, a razão pura é uma unidade tão perfeita que, se o seu princípio não fosse suficiente para resolver uma única questão de todas aquelas que lhe são propostas pela sua natureza, haveria que rejeitá-lo, pois não se poderia aplicar a qualquer outra com perfeita segurança. (*KrV*, A XIII)

Portanto, seria absurdo acreditarmos na não-fundamentação da Filosofia; pois, deste modo, a importante sentença kantiana de que *a filosofia é legisladora da razão humana*⁹⁴ passaria por afirmação gratuita, e não, como o resultado de uma investigação rigorosa.

⁹² Na literatura kantiana o estudo sobre a matemática em Kant suplanta em número ao que é dedicado a Filosofia. Temos, por exemplo, a obra *Kant's Philosophy of Mathematics: Modern Essays, 1992. Organizada por C. Posy*, dedicada exclusivamente a matemática.

⁹³ “(...) pois só nos ocupamos de uma crítica das condições da nossa faculdade, para saber se podemos construir o nosso edifício e até que altura, com o material que temos (os conceitos puros *a priori*), o podemos elevar”. (*KrV*, A 738/ B 766)

⁹⁴ “A legislação da razão humana (filosofia) tem dois objetos, a natureza e a liberdade e abrange assim, tanto a lei natural como também a lei moral, ao princípio em dois sistemas particulares, finalmente num único sistema filosófico”. (*KrV*, A 840/ B 868)

2 – AS REGRAS METODOLÓGICAS COMO O FUNDAMENTO DA FILOSOFIA

Tudo na natureza tanto no mundo animado quanto no mundo inanimado acontece *segundo regras*, muito embora nem sempre conheçamos essas regras. (Immanuel Kant. *Lógica*, A1, Ak11)

A nossa análise do método da Filosofia apresentado por Kant na Doutrina Transcendental do Método na *Crítica da razão pura* teve como resultado considerar as *regras metodológicas* como, em um primeiro momento, o que prevalece com a distinção entre o método da matemática e o da filosofia, e, num segundo momento, como o fundamento crítico proposto para a constituição da Filosofia como ciência. As *regras metodológicas* são, nesse sentido, o que é peculiar desse tipo de conhecimento (filosofia). Aquilo que Kant chama de *peculiar*, nos *Prolegômenos*, é a pedra de toque da distinção do conhecimento que pretende ser ciência: “de outro modo, os limites de todas as ciências confundem-se e nenhuma delas pode ser tratada a fundo, segundo a sua natureza” (*Prolegômenos*, §1, A 23).

Agora, neste segundo capítulo iremos analisar as *regras metodológicas*, como se caracterizam e qual o seu uso. Mas antes iremos apresentar o que se entende por “síntese transcendental por meros conceitos”, que pertence, como afirma Kant, somente à filosofia; depois, passaremos para uma análise da fundamentação da filosofia. Essa análise mais detida é necessária, já que a “síntese transcendental por meros conceitos”, além de ser um dos momentos mais originais do pensamento de Kant em relação à filosofia, surge como a

condição de possibilidade da fundamentação de uma filosofia que ainda não está dada senão em ideia.

2.1 – Como é possível uma “Síntese transcendental por meros conceitos”?

Kant propõe, na Doutrina do Método, uma síntese transcendental por meros conceitos como síntese pertencente à filosofia, sem preocupar-se em explicar mais detidamente o que poderia ser. A dificuldade em compreender o que é a *síntese transcendental por meros conceitos*, talvez possa ser superada se compreendermos o que a torna possível. Para isso, a primeira coisa a que devemos nos ater, já que trata de uma síntese, ainda que por meros conceitos, é, em última instância, aquilo que torna possível toda e qualquer conhecimento sintético (não-analítico). Ora, como afirma Kant, “todo o nosso conhecimento se refere em última instância a intuições possíveis; pois somente por meio destas é dado um objeto” (*KrV*, B 748). Assim, toda e qualquer síntese requer uma referência à intuição, como condição de sua possibilidade. Agora, existem dois modos pelos quais o conhecimento pode se referir a intuições possíveis: (1) “ou um conceito *a priori* contém já em si uma intuição pura, e pode então ser construído”; (2) “ou [o conceito] contém apenas a síntese de intuições possíveis, que não são dadas *a priori*, e então se pode perfeitamente julgar sinteticamente e *a priori* por meio dele, mas somente discursivamente, segundo conceitos” (*KrV*, B 747-8). O primeiro modo é o conhecimento racional matemático, por construção de conceitos, já o segundo é o conhecimento racional filosófico, por meros conceitos.

Com relação às intuições, as únicas que são dadas *a priori*, são as formas puras da intuição que, são, também, formas puras da sensibilidade: o espaço e tempo. A matéria, aquilo que é dado pelas formas puras, espaço e no tempo, só pode ser representada *a posteriori*, ou seja, pela percepção, na medida em que o objeto é dado. É claro que a síntese transcendental por conceitos não pode, por ser transcendental e por conceitos, apoiar-se na intuição empírica. Mas há um conceito que pode representar a matéria (conteúdo empírico) e, no entanto, ainda fazê-lo de modo *a priori*, o conceito de coisa em geral. O que é *a priori* nesse conceito é o que ele fornece: a *mera regra da síntese*. Esta regra é propriamente o que torna possível um conhecimento sintético *a priori* que alcançamos no uso discursivo por meros conceitos. Como diz Kant,

o conhecimento sintético *a priori* do mesmo [do conceito de coisa em geral] não pode fornecer nada mais do que a mera regra da síntese daquilo que a percepção pode dar *a posteriori*, mas jamais a intuição do objeto real, pois esta tem de ser necessariamente empírica (*KrV*, B 748).

A regra da síntese, portanto, é anterior ao objeto dado na experiência. E ela está em relação com a percepção, que outra coisa não é do que uma consciência empírica. Tal regra fornece uma unidade à percepção, unidade que só pode ser representada *a posteriori*; ao menos é isso que a citação supracitada nos leva entender.

Assim se pode entender como é possível uma síntese transcendental por meros conceitos. É síntese por conceitos não por referir-se diretamente a uma intuição empírica, mas por conter o conceito de coisa em geral que, como regra da síntese, refere-se *a priori* à uma percepção possível. Deste modo, a partir de um exame do conceito de coisa em geral chegamos a proposições sintéticas.

Aqui não se sai do conceito para expô-lo diretamente em uma intuição empírica pela qual um objeto é dado; sai-se dos conceitos vinculados no juízo pela referência indireta à percepção possível por meio do conceito de coisa em geral como regra de síntese. Por isso, ainda que seja por meros conceitos, a síntese transcendental é síntese e não uma proposição analítica: sai-se dos conceitos vinculados no juízo com apoio do conceito de coisa em geral como regra *a priori* de percepções possíveis.

Essas proposições sintéticas que não possuem uma intuição *a priori* diretamente, apenas de modo mediado, com base no conceito de experiência possível, são denominadas por Kant de “proposições transcendentais”. Elas se dão, não pela construção de conceitos, pois não tem nenhuma intuição *a priori*, mas por meros conceitos *a priori*. A referência à intuição é mediada pelo conceito de coisas em geral, que toma o lugar da intuição sensível. Deste modo, com base no conceito de coisa em geral como regra de síntese de percepções possíveis, tais proposições contêm a *regra* daquilo que deve ser procurado empiricamente, a unidade sintética da percepção, a qual “não pode ser representad[a] intuitivamente *a priori*” (*KrV*, B 749). Por se tratar da unidade sintética da percepção, as proposições transcendentais, que dão a unidade, não podem exibir “*a priori* nenhum dos seus conceitos, mas o fazem *a posteriori* por meio da experiência, a qual só se torna possível, por seu turno, segundo de acordo com essas proposições sintéticas” (*KrV*, B 749). A unidade da experiência concorda, assim com a unidade da percepção, já que ambas são possíveis, em certo sentido, devido as proposições sintéticas que são o produto do conceito de coisa em geral; conceito tal que representam *a priori* a matéria, isto é, aquilo que

está no espaço e no tempo (formas puras da sensibilidade), e que pertence unicamente à filosofia, portanto, ao uso discursivo da razão.

Por haver dois usos da razão, há conseqüentemente dois modos de formular um juízo sintético de um conceito (isso depende também, como veremos, do tipo de conceito). O primeiro modo diz respeito à síntese que se refere a uma intuição sensível. Nesse caso, eu saio do conceito dado para, por meio da referência a uma intuição sensível, vinculá-lo a outro conceito. Assim ambos os conceitos se vinculam entre si pela mediação da intuição. De outro modo, não poderia sair de um conceito dado senão analiticamente, pela análise do que contém em si. Esse caso é precisamente o caso do conhecimento racional matemático por construção de conceito e, portanto, está inscrito no uso intuitivo da razão⁹⁵.

Um segundo caso de síntese ocorre quando a referência à intuição é mediada por um conceito puro do entendimento, como os conceitos de substância, realidade etc. Aqui, também é possível formular um juízo sintético, mesmo que esses conceitos não tenham como referência direta nenhuma intuição pura ou empírica. Esses conceitos puros, que Kant denomina de transcendentais, por não possuírem um objeto que lhes correspondam, contêm meramente a

síntese das intuições empíricas e porque a síntese não pode elevar-se *a priori* à intuição que lhe corresponde, não pode, portanto, resultar desse conceito nenhuma proposição sintética determinante, mas apenas um princípio da síntese de intuições empíricas possíveis (*KrV*, A 722/ B 750).

⁹⁵ Há, é claro, juízos sintéticos *a priori* que não pertencem a matemática, no qual que saio do conceito e recorro a intuição pura, mas como aqui estamos contrapondo o método matemático com o filosófico, vamos nos ater apenas a esses dois tipos de conhecimento.

Kant afirma aqui, com toda a clareza, como é possível uma síntese discursiva, por meros conceitos. Não há nenhuma referência dos conceitos do juízo a uma intuição empírica; apesar disso, há uma síntese, uma vez que a síntese é indiretamente referida, por conceitos, a uma síntese de intuições empíricas possíveis. A proposição exprime “apenas um princípio da síntese de intuições empíricas possíveis”. O princípio da síntese, o princípio sintético é, portanto, discursivo (COHEN, 2007. p. 224).

É crucial notar aqui o papel da síntese transcendental. O conhecimento que está sob o uso discursivo da razão é a filosofia. Escapa-se, assim, da dicotomia entre a matemática como construção de conceitos e a filosofia como análise de conceitos. A filosofia pode contar com uma síntese, ainda que não seja por construção de conceitos: a síntese transcendental por meros conceitos. Essas proposições que pertencem à filosofia, perfazem: “um conhecimento sintético da razão segundo simples conceitos” (*KrV*, A 722/ B 750). Que são essas proposições? Proposições transcendentais são as condições de possibilidade de “toda a unidade sintética do conhecimento empírico” (*KrV*, A 722/ B 750), e por serem o resultado de um ato discursivo (por meros conceitos sem recorrer diretamente a uma intuição), não necessitam de nenhuma intuição dada *a priori*, como é o caso da matemática no uso intuitivo.

Quer dizer, uma síntese transcendental por meros conceitos é possível, porque existem conceitos que tem em si a mera regra de intuições possíveis que não são dadas *a priori*. Porque não se trata de construir conceitos, pois estamos no âmbito do discursivo, o conceito que perfaz a referência *a priori*; à representação da matéria possível é o conceito de coisa em geral. O conceito de coisa em geral, por conseguinte, contendo meramente a regra da síntese, é a

base da síntese transcendental por meros conceitos. De fato, é por esse conceito de coisa em geral que são produzidas proposições transcendentais; tais proposições contêm a regra pela qual a unidade sintética da percepção deve ser empiricamente procurada. Já os conceitos transcendentais, quando não se apoiam no conceito de coisa em geral como “princípio da síntese de intuições empíricas possíveis” resultam em proposições analíticas, porque não se referem nem diretamente nem indiretamente a uma regra de síntese de intuições empíricas possíveis. Por isso, as proposições sintéticas por conceitos, são responsáveis pela possibilidade de fundamentar filosoficamente o conhecimento empírico, isto é, de explicar e justificar a unidade sintética do conhecimento empírico.

Assim alcançamos um resultado importante. A síntese transcendental por meros conceitos mostra deste modo que também a filosofia pode chegar a um conhecimento universal e necessário, tal como a matemática, mas não por construção de conceitos, mas pela síntese transcendental.

Mais adiante, voltaremos a tratar daquilo que é peculiar à filosofia na produção de conhecimento. Cabe, agora, entender como esse conhecimento peculiar da filosofia se vincula a regras do método.

2.2 – As notas características e as regras metodológicas da Filosofia

Em vista do que foi exposto aqui, chegamos ao seguinte resultado: a Filosofia é um conhecimento racional por conceitos; a razão possui dois usos um intuitivo e o outro discursivo; este último é, por sua vez, a condição de possibilidade da Filosofia como ciência. A Filosofia não contém nenhuma intuição *a priori* no seu

fundamento, mas contém *proposições transcendentais sobre coisas em geral* que dão a regra para buscar empiricamente a unidade sintética das percepções. Outro tipo de proposição transcendental que pertence a filosofia é o resultado dos conceitos transcendentais, tais como o conceito de realidade, substância etc.; estas proposições dão toda a unidade sintética do conhecimento empírico e podem ser entendidas como *princípio síntese* de intuições empíricas possíveis⁹⁶.

O *a priori* da Filosofia, por essa lidar com conceitos que são dados *a priori* pela natureza do pensar, não pode ser formal no sentido da matemática, o *a priori* na filosofia diz respeito a *conceitos indeterminados da síntese de sensações possíveis*, que pertencem à unidade da apercepção. O conhecimento racional filosófico conhece algo que existe, algo que está no espaço e no tempo. A Filosofia lida, em última análise, com qualidade⁹⁷. Com relação ao seu método ela não possui, propriamente falando, definições (*Definitionen*), mas *explicações*; já que seus conceitos são dados⁹⁸ ela analisa (i.e., seu procedimento é analítico) as notas características de um determinado conceito, mas é impossível chegar a completude do mesmo, isto é, conhecer todas as suas notas e assim determina-lo (e mesmo que seja possível definir um conceito, este é o fim do

⁹⁶ Tal interpretação parece coadunar com a de Marcos C. Seneda; este diz: “A filosofia (...) nunca opera exibindo o objeto na intuição (...), mas pressupõe as condições da síntese nas quais um objeto poderá vir a ser indiretamente acolhido quando a sua matéria puder preencher as regras de unificação de uma síntese empírica. A experiência, portanto, é uma condição contingente para o conhecimento a priori, mas seus princípios – obtidos por conhecimento por conceitos – são condições necessárias para que sua síntese seja dada”. (Marcos C. Seneda. *Conhecimento racional por conceitos (filosofia) e conhecimento por construção de conceitos (matemática)*, 2018, p. 49)

⁹⁷ “Considerar algo que existe (uma coisa no espaço ou no tempo) no que diz respeito a se e quanto ele é ou não um *quantum*; se uma existência tem ou não de ser nele representada; (...) considerar a possibilidade dessa existência, sua realidade e necessidade, ou contrários destas; (...) isso pertence ao *conhecimento racional* por conceitos, que é denominado *filosófico*”. (KrV, B 752)

⁹⁸ Um conceito empírico não pode ser definido, mas apenas explicado (*expliziert*).

trabalho filosófico e não o início); não possui axiomas (*Axiomen*), em contrapartida, ela possui princípios discursivos (*synthetischer Grundsatz*) que exigem sempre uma nova dedução (para confirmar a sua legitimidade), mas somente por meio destes princípios discursivos a Filosofia pode (entre outras coisas) mostrar como é possível uma matemática pura (que ela por si mesma não poderia fazer); por fim, a Filosofia não pode demonstrar, na medida em que demonstrações (*Demonstrationen*) derivam da construção de conceitos, as suas provas são acroamáticas (discursivas) [*akroamatische (diskursive)*], elas são produzidas através de meras palavras (o objeto no pensamento), porque a Filosofia considera o universal sempre *in abstracto* (por conceitos). Assim temos diante dos olhos a distinção completa ou, ainda, a emancipação total da Filosofia em relação a matemática, marcando “o fim da sedução da razão pela *matese*”⁹⁹.

2.3 – A fundamentação da Filosofia repousa em explicações, princípios discursivos e provas acroamáticas (regras metodológicas)

Como devemos entender a definição que Kant dá para o conhecimento filosófico: “o *conhecimento racional por conceitos*” (*KrV*, A 713/ B 741)? Essa definição é o resultado da constatação de que a filosofia não possui nem *definições*, nem *axiomas* e *demonstrações*, como a matemática. Essas três

⁹⁹ Cf. Leonel Ribeiro dos Santos, *A razão sensível: Estudos kantianos*, p. 45. Ainda, segundo a interpretação de Leonel Ribeiro (nesta mesma página), Kant cavou um abismo indissolúvel entre a matemática e a filosofia (metafísica) na *Crítica da razão pura*, cujo golpe final estaria no *Opus Postumum* onde: “a Matemática é considerada um ofício artesanal (*Handwerk*) ou uma espécie de ramo da indústria (*Gewerbzweig*), ao passo que a Metafísica é fruto da espontaneidade criadora da razão, é um produto do gênio (*Genieproduct*)”. cf. *Opus Postumum*; Ak XXI, 140.

instâncias que garantem a certeza apodítica na matemática estão vinculadas necessariamente ao uso intuitivo, isto é, à construção de conceitos. A filosofia, por outro lado, não constrói conceitos, já que ela está inscrita no uso discursivo da razão; o conhecimento filosófico é incontornavelmente discursivo. E Kant não deixa de circunscrever a filosofia, como bem aponta Marcos C. Seneda:

em um lócus em que ela exerça uma tarefa bem delimitada e significativa de síntese. Do ponto de vista teórico, que é o que está em questão na primeira crítica, os princípios sintéticos operam indiretamente, ou seja, eles asseguram as condições de síntese de qualquer objeto que possa ser encontrado no domínio de toda experiência possível. Mas no âmbito da filosofia criticada esses princípios sintéticos não são, e jamais poderão ser, recursos imediatos para a construção de objetos¹⁰⁰.

A concepção, portanto, de que a filosofia seria exclusivamente analítica, isto é, que ela apenas desmembraria conceitos para evidenciar as notas que tal conceito possuiria, não é correta. Há, sem dúvida, uma parte da filosofia que consiste em análise de conceito: mas essa parte não é o todo da filosofia, que faz mais do que elucidar formalmente, conhecimento. A análise de conceitos (já que para a filosofia eles são dados) é a primeira etapa, denominada por Kant de *explicação (expliziert)* de conceitos dados. Os conceitos dados podem ser ou empíricos quando extraídos da experiência ou dados *a priori* quando extraídos do intelecto. Nenhum dos dois tipos podem ser analisados exhaustivamente, a explicação (como análise), não consegue percorrer todas as notas que compõem um conceito dado (único objeto da filosofia), deixando deste modo a análise incompleta. Nem por isso a análise seja menos rigorosa, e o uso desses

¹⁰⁰ SENEDA, 2018. p. 50.

conceitos sejam inviáveis; desde que não ultrapassemos o limite do uso legítimo desse procedimento filosófico não há perigo de considerar conhecimento aquilo que não é. Além disso, a função primordial da análise (ou explicação) de conceitos nesse primeiro momento é o de tornar o conceito distinto.

O segundo momento do conhecimento racional por conceitos é o da investigação; na matemática, esse segundo momento é denominado Axiomas; já na filosofia, diz respeito a: princípios discursivos (*synthetischer Grundsatz*). Este é o momento filosófico por excelência, pois atua de dois modos: de um lado os princípios discursivos são responsáveis pelo modo como se deve investigar os objetos da filosofia, por outro lado esses princípios possibilitam o terceiro momento da filosofia que é o da prova, que são acroamáticas. “A filosofia”, portanto, escreve Marcos C. Seneda, “estabelece, por conceitos, a condição indireta de um objeto, cuja síntese precisa de um fio condutor para poder ser descoberta”¹⁰¹.

A peculiaridade desses princípios discursivos é que eles não são imediatamente certos, como os axiomas na matemática, por exemplo, apesar de serem também princípios sintéticos. Mas como são “fundados simplesmente em conceitos” (*KrV*, A 761/ B 733) exigem sempre uma dedução para provar a sua legitimidade, o que, por outro lado, os axiomas da matemática que possuem a sua prova em si mesmo, ou seja na intuição, não precisam. Um exemplo muito claro disso pode ser extraído da proposição:

tudo o que acontece tem a sua causa; nesse caso é preciso que me reporte a um terceiro termo, a saber à condição da determinação de tempo numa experiência; eu não poderia conhecer direta e

¹⁰¹ SENEDA, 2018. p. 49.

imediatamente um tal princípio, apoiando-me apenas sobre conceitos.
(*KrV*, A 761/ B 733)

A filosofia, por conseguinte, deve sempre poder justificar a autoridade e legitimidade desses princípios.

Já o terceiro momento, o da prova, se apoia completamente no primeiro e no segundo momento e é até mesmo o resultado dos dois primeiros; e é denominado por Kant de provas acroamáticas (discursivas) [(*akroamatische*) (*diskursive*)]. Na matemática a demonstração (*Demonstrationen*) ocupa o terceiro momento na produção do conhecimento, porque somente a matemática constrói conceitos e seu conhecimento não é derivado de conceitos, e sim, da construção destes. Pois demonstra, outra coisa não é do que construir um conceito na intuição. E isto define o modo como esse tipo de conhecimento lida com o universal, sempre *in concreto*; a filosofia por sua vez, *in abstracto*. Isso ocorre na filosofia, porque ela “estabelece, por conceitos, a condição indireta de um objeto, cuja síntese precisa de um fio condutor para poder ser descoberta”¹⁰². Para a filosofia, sendo dado os conceitos, o conhecimento que alcança é conhecimento racional por conceitos; neste terceiro momento, seu procedimento é acroamático (discursivo), o objeto no pensamento.

As suas provas, portanto, são apresentadas por meio de simples palavras, mas para que não seja discurso vazio ou dialético, essas palavras devem estar apoiadas no uso correto da filosofia no âmbito que lhe é próprio: no uso discursivo da razão.

¹⁰² SENEDA, 2018. p. 49.

Esses três momentos (explicação, princípios discursivos e provas acroamáticas) podem ser denominados de *regras metodológicas*. As *regras metodológicas* possuem uma função mais elevada, como podemos notar, do que simplesmente coibir certos excessos que uma filosofia especulativa poderia facilmente cair. Elas constituem, antes, o que apresentamos no começo de nossa tese como o “fundamento da filosofia”. A fundamentação da filosofia na *Crítica da razão pura* se dá pela junção desses três momentos que a filosofia executa na produção do conhecimento. O uso discursivo da razão no qual a filosofia tem a sua legitimidade como um produto da razão pura¹⁰³, propicia esses três momentos metodológicos como necessário, isto é, não são uma criação arbitrária. Quando nos atentamos para a filosofia e suas *regras metodológicas* podemos ver claramente que são elas, como fundamento e condição de possibilidade da filosofia, as responsáveis para que a filosofia alcance conhecimentos sintéticos *a priori*. Ou seja, são elas que fundam conhecimentos universais e necessários no sentido mais rigorosos do termo: conhecimento não como elucidação formal de conceitos, mas ampliação do conhecimento por uma síntese filosófica. Dito de outro modo, a filosofia não seria uma ciência se por ela só chegássemos a proposições meramente analíticas que em nada alargam o nosso conhecimento sobre as coisas. “Em filosofia”, como bem observa Marcos C. Seneda

a força da síntese, para Kant, não repousa mais na construção de objetos teóricos imediatamente válidos, mas em princípios sintéticos a priori que são empregados como fio condutor para identificar o modo como objetos devem se apresentar para poderem ser unificados em

¹⁰³ “Além da filosofia transcendental, há ainda duas outras ciências da razão pura, uma de conteúdo puramente especulativa e outra de conteúdo prático a matemática e a moral pura”. (KrV, A 480/ B 508)

uma experiência, o único domínio teórico em que os conhecimentos a posteriori podem ser dotados de validade objetiva a partir de uma síntese conduzida pelo intelecto¹⁰⁴.

Kant constata essa peculiaridade da síntese filosófica que se volta para o conhecimento empírico e, conseqüentemente, para as percepções, ao descobrir aquilo que lhes confere uma unidade sintética, a síntese transcendental por meros conceitos. É precisamente essa síntese que pertence apenas à filosofia.

As percepções (consciência empírica) e o conhecimento empírico possuem uma condição de possibilidade que é transcendental. “A extensão do conhecimento *a priori*”, diz Kant, “mesmo fora da matemática, mediante simples conceitos e o seu conteúdo de verdade provam-se suficientemente pela consonância de tais juízos e princípios com a *experiência*”¹⁰⁵. Torna-se claro, assim, que não é somente através da construção de conceitos (matemática) que podemos chegar a proposições sintéticas, mas também por meio de meros conceitos, pela filosofia. Pois “todo conhecimento da razão é ou conhecimento por conceitos, ou por construção de conceitos, o primeiro se denomina filosófico, o segundo matemático” (*KrV*, B 865).

¹⁰⁴ SENEDA, 2018. p. 50.

¹⁰⁵ *Os progressos da metafísica*, A 16, p. 16.

CONCLUSÃO

Não dei, é certo, àquelas questões as respostas que o exaltado desejo dogmático de saber desejaria esperar, pois é impossível satisfazê-lo de outra forma que não seja por artes mágicas, das quais nada entendo. (Immanuel Kant. *Crítica da razão pura.*, A XIII).

Se a filosofia “é uma simples ideia de uma ciência possível, que em parte alguma é dada *in concreto*”, como seria possível fundamentá-la, tornando-a um ciência rigorosa? Essa pergunta, proposta por Kant já no início da *Crítica da razão pura*, encontra a chave de resolução somente no final da obra, em capítulo pouco comentado pelos leitores de Kant: na *Doutrina Transcendental do Método*. É aí que se vê plenamente o sentido do inteiro percurso da *Crítica* e sua insistência na distinção entre método matemático e método filosófico. E parte da resposta se encontra num momento bastante paradoxal desse percurso: na síntese discursiva, própria da filosofia.

Como é possível uma matemática pura? Ora, esta é possível na medida em que temos intuições *a priori* (o espaço e o tempo). Agora, como é possível uma filosofia? Este tipo de saber é possível graças ao uso discursivo da razão; como a filosofia não está dada *in concreto*, ela é, inicialmente, apenas uma ideia, radicada em nossa razão, que temos, pois “ninguém tenta estabelecer uma ciência sem ter uma idéia por fundamento” (*KrV*, A 834/ B 862). Mas a fundamentação da filosofia, para concretiza-la como ciência, só é possível pela adesão a certas regras metodológicas; aqui a regra é condição de possibilidade da consecução da filosofia não como ideia, mas como ciência efetiva. Ora, essas

regras são inerentes ao uso discursivo da razão, já que a filosofia é conhecimento racional por conceitos. Diz Kant:

a filosofia é uma simples idéia de uma ciência possível, que em parte alguma é dada *in concreto*, mas de que procuramos aproximar-nos por diferentes caminhos, até que se tenha descoberto o único atalho que aí conduz, obstruído pela sensibilidade, e se consiga, tanto quanto ao homem é permitido, tornar a cópia, até agora falhada, semelhante ao modelo. (*KrV*, A 838/ B 866)

Uma das coisas que contribuíram para dificultar a fundamentação da filosofia fora a sensibilidade, no sentido de empiria; o caminho que conduz à filosofia estava “obstruído pela sensibilidade”. Se fossemos buscar o modelo desse tipo de conhecimento na experiência nunca chegaríamos a transformá-lo em ciência, no sentido kantiano da palavra, um conhecimento sistemático. Coube unicamente a Kant descobrir o “único atalho que (...) conduz” à fundamentação da filosofia, que é a crítica como investigação transcendental. Primeiro, Kant teve de compreender que a filosofia, mesmo não sendo dada *in concreto*, deveria tornar-se algo real, e não mera ideia; ou seja, a mera constatação de que não é dada *in concreto*, leva à pergunta: que seria a filosofia? Essa pergunta, ainda que simples, exige uma investigação complexa que possa delimitar o que seria peculiar a cada ciência. Assim, torna-se urgente perguntar o que distingue a filosofia da matemática. Filosofia é, constata Kant, um uso da razão¹⁰⁶. Devemos entender a filosofia enquanto dogmática e depois cética como tentativas de um

¹⁰⁶ Kant separa história da filosofia e a filosofia propriamente dita, como um uso possível da razão: “Há letrados para quem a história da filosofia (tanto antiga como moderna) é a sua própria filosofia; os presentes prolegómenos não são escritos para eles. Deverão aguardar que os que se esforçam por beber nas fontes da própria razão tenham terminado a sua tarefa, e será então a sua vez de informar o mundo do que se fez”. *Prolegômenos*, A 3. p. 11.

certo uso da razão, o uso discursivo. Quando concebemos que a razão possui dois usos, um intuitivo que constrói conceitos (matemática) e outro que reflete discursivamente (filosofia), poderemos isolar o segundo uso e examiná-lo a fundo. E somente com a *Crítica*, que instaura um tribunal da razão e se volta sobre ela, pode enfim vislumbrar um caminho para a filosofia deixar o seu estado cambaleante para se tornar uma ciência, assim como a matemática. Pois, “A filosofia (...)”, nos diz Kant

é a ideia de uma ciência para a qual a crítica da razão pura deverá esboçar arquitetonicamente o plano total, isto é, a partir de princípios, com plena garantia da perfeição e solidez de todas as partes que constituem esse edifício. (*KrV*, B 27)

Como a razão se volta para si mesma, não é fora de si que ela deve encontrar o fundamento da filosofia, mas em si mesma, a partir de princípios. Desse modo fica evidente o modo de proceder de Kant ao comparar a matemática a filosofia para se chegar àquilo que é próprio a essa última. Porque o que está em jogo não é a matemática enquanto ciência estabelecida e um tipo de conhecimento (filosofia) ainda precário; o que está em jogo é o uso da razão em ambos os casos, que em última análise não pode ser o mesmo, pelas razões que mostramos mais acima. Se a filosofia se assenta no uso discursivo, o que é preciso para que a filosofia se torne uma ciência, isto é, um tipo de conhecimento que produza proposições sintéticas que alargam o nosso conhecimento a respeito do objeto? Não é necessário que ela construa conceitos, como a matemática a partir de uma doutrina da construção como deseja Schelling. Não é necessário o caminho sugerido por Schelling pois a filosofia pode contar com as regras metodológicas (explicação, princípios discursivos e provas

acroamáticas) apoiadas numa síntese, filosófica, a síntese transcendental por conceitos. Essa síntese, por ser por meros conceitos, se distingue radicalmente da síntese própria da matemática, que se apoia na intuição. A síntese na filosofia é síntese meramente intelectual, apresentando a mera regra da síntese de intuições empíricas possíveis¹⁰⁷.

Também não parece ser necessário recorrer a uma instância pré-lógica (reflexão) como o quer Lebrun, que procura na *Crítica da faculdade de julgar* o que reputa ser a camada mais originária da *Crítica*, a reflexão. Não é preciso apelar para uma instancia pré-logic, já que a filosofia possui uma síntese transcendental por meros conceitos, responsável por dar toda a unidade do conhecimento empírico e também fundamentar a filosofia como ciência; essa síntese já está presente, ainda que apresentada muito brevemente, na Doutrina Transcendental do Método da *Crítica da razão pura*.

Assim, como a nossa intenção não era a de refutar nem a leitura de Schelling nem de Lebrun, mas apenas mostrar a partir dessas duas visões diferentes do mesmo problema, a da fundamentação da filosofia por Kant, chegamos a outra possibilidade. A *Crítica* pôde, sem recorrer a outra instância fora dela mesma, fundamentar a Filosofia por meio de *regras metodológicas*, que são inerentes “a nossa maneira própria de pensar, a saber, o pensamento por regras” (*Prolegômenos*, § 36, A 110, 111) no uso discursivo da razão.

¹⁰⁷ KrV, A 722/ B 750.

APÊNDICE AO PROBLEMA DO MÉTODO NA FILOSOFIA KANTIANA NA DÉCADA DE 1760

I. O método como um problema filosófico

Como iremos investigar o método da filosofia e o da matemática em Kant, mais precisamente sobre sua busca em diferenciar os seus métodos e conseqüentemente fundamentar esses dois tipos de conhecimento, devemos antes perguntar o porquê dessa resolução. Por que Kant almeja estabelecer métodos distintos para cada uma dessas pretensas ciências? Qual é o ganho? Na década de 1760 o método *more geometrico* da matemática era aplicado também na filosofia, ou seja, a filosofia no seu proceder também era matemática. Kant como um filósofo situando em meados do século XVIII na Alemanha foi herdeiro da querela entre a escola Leibniz-wolffiana com os pensadores pietistas¹⁰⁸ (J. Lange, J. F. Budde, A. Rudiger e A.F. Hoffmann); estes acusavam os primeiros de que o seu método matemático “terminaria necessariamente no ateísmo e no fatalismo. Porque tal método descobria causas mecânicas para tudo, eles argumentavam, ele [o método matemático] não deixa espaço para a liberdade, base da moralidade, ou para os milagres fundamentos da fé”¹⁰⁹. Pois tanto Wolff quanto a sua escola queria estabelecer a autoridade da razão em

¹⁰⁸ “O século XVIII é caracterizado, provavelmente como nenhum outro, por sua tendência à introspecção e à confissão. Essa propensão encontra sua origem nas mais diversas fontes: a tendência ao empirismo psicológico, à “psicologia empírica”, é combinada com a impulsos religiosos desencadeados pelo pietismo e com o novo o culto do sentimento, que parte de Rousseau. Todas essas tendências espirituais influenciam internamente em Kant: sua educação é colocada, nos anos da infância, sob o signo do pietismo; em seu período de juventude e maturidade é orientada para a análise psicológica, para descobrir nele uma nova base da metafísica (...).” (Ernst Cassirer. *Kant, Vida y Doctrina*, 1993, p. 18. Tradução nossa).

¹⁰⁹ Frederick C. Beiser, *O desenvolvimento intelectual de Kant: 1746-1781*, p. 50. O pietismo se caracteriza, *grosso modo*, como uma afirmação da superioridade da fé sobre a razão.

todos os âmbitos da vida, seja nas igrejas, universidades (entendidas como, medicina, juris prudência, filosofia etc.), ou seja, na sociedade em geral. Não uma razão experimental, isto é, que se pauta pela experiência, mas uma razão que conhece independente desta. Já que, segundo Leibniz e Wolff, a metafísica procedendo com o método *more geometrico*, começaria com termos claramente distintos e poderia deduzir rigorosamente desses termos teoremas, tais como encontramos, por exemplo, na Monadologia:

1. A *Mônada* de que aqui falaremos não é outra coisa senão uma substância simples, que entra nos compostos; *simples* quer dizer sem partes [...] 2. E tem de haver substâncias simples, uma vez que existem compostos, pois o composto nada mais é do que uma reunião ou *aggregatum* dos simples¹¹⁰.

Essa tese leibniziana é o exemplo perfeito de uma razão que produz uma definição de uma coisa qualquer e deduz consequências lógicas de tal conceito: *se há um composto deve necessariamente haver o simples*, ou seja, aquilo que é responsável pela configuração do composto, ou dito de outro modo, as suas partes. E qual é a razão de se dizer que esse modo de proceder na metafísica é *more geometrico*? Porque se parte de definições. E porque somente a matemática pode começar pelas definições. O que veremos melhor mais adiante.

“De acordo com os pietistas”, escreve Beiser,

¹¹⁰ G. W. Leibniz. *Discurso de metafísica e outros textos*, 2004 p. 131.

o método da filosofia deve ser empírico indutivo, ao invés de matemático e dedutivo; o filósofo não pode construir conceitos de acordo com definições, como o matemático, mas deve analisar os conceitos dados a ele na experiência¹¹¹.

Essa será também, parcialmente, a visão de Kant na década de 1760, mas ele não tem a intenção de ser um defensor do pensamento pietista, como um racionalista, Kant que deseja ser fiel ao seu pensamento, não pode reduzir tudo à empiria. Uma metafísica empírica é um contrassenso. Há de salvaguardar tanto a razão quanto a filosofia¹¹²; pois o ataque dos pietistas contra a escola Leibniz-wolffiana se deu por causa da matematização da filosofia, e nessa medida Kant estava ciente de que era necessário não abandonar o racionalismo pelo empirismo, mas o de “fornecer uma nova fundamentação para a metafísica”¹¹³. Se o problema, os ataques que esta sofreu ocorreu, como dissemos, pelo uso do método matemático na filosofia, então nada mais natural do que buscar o seu real fundamento e separá-la de uma vez por todas do domínio do método *more geometrico*.

¹¹¹ Frederick C. Beiser, *O desenvolvimento intelectual de Kant. 1746-1781*, p. 47.

¹¹² “Limpei minha alma de preconceitos, eliminei toda e qualquer dedicação cega que porventura tenha se insinuado para deixar entrar em mim tanto de saber imaginário. Nada me interessa agora, nada me é venerável, a não ser aquilo que ocupa seu lugar pelo caminho da sinceridade em um ânimo tranquilo e aberto a todas as razões, quer confirme, quer confute meu juízo anterior, quer me deixe determinado, quer indeciso. (...) O juízo daquele que refuta minhas razões é meu juízo, depois de tê-lo pesado *contra* o prato do amor-próprio e em seguida contra minhas supostas razões e encontrado nele uma maior consistência. Antes eu considerava o entendimento humano universal apenas do ponto de vista do meu entendimento: agora ponho-me no lugar de uma razão alheia e externa e observo meus juízos (...), ela é (...) o único meio de evitar a ilusão de ótica e de pôr os conceitos em seu devido lugar, nos quais se encontram em vista das capacidades cognitivas da natureza humana”. (Immanuel Kant. *Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica*, II 349, p. 185-6).

¹¹³ Frederick C. Beiser, *O desenvolvimento intelectual de Kant. 1746-1781*, p. 50.

A necessidade de um método próprio para a filosofia se tornou patente quando a campanha pietista contra os wolffianos chega ao auge e apresenta a estes um dilema: “ou o ceticismo racional ou um fideísmo irracional”¹¹⁴. E escolhendo o primeiro ou o segundo o resultado será o mesmo, ou seja, “que a razão não pode nos dar conhecimento algum além da experiência sensível”¹¹⁵. Beiser explorando este ponto diz acertadamente que:

Podemos explicar a devoção inicial de Kant à metafísica com base no seu desejo de escapar desse dilema. Somente a metafísica, acreditava o jovem Kant, poderia resgatar a fé da *Aufklärung* na razão dos ataques pietistas. Somente ela poderia fornecer uma justificação racional para nossas crenças morais e religiosas e, dessa maneira, dar também um caminho intermediário entre o ceticismo e o fideísmo¹¹⁶.

Nesse interim a Academia Real de Ciências de Berlim lança uma competição para tentar dirimir ou mesmo esclarecer a controversa querela entre pietistas e racionalistas ou matemáticos e metafísicos¹¹⁷, cujo o mote é:

Perguntamos se as verdades da metafísica em geral e, em particular, os primeiros princípios da teologia natural e da moral são suscetíveis da mesma evidência que as verdades matemáticas e, no caso de não o serem, qual é a natureza de sua certeza, a que grau podem chegar e se esse grau é suficiente para a convicção¹¹⁸.

É sobre esse pano de fundo que Kant começa a sua investigação acerca do método da matemática e da filosofia. E seu primeiro trabalho nesse campo tem por título: “*Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da*

¹¹⁴ Frederick C. Beiser, *O desenvolvimento intelectual de Kant: 1746-1781*, p. 50-1.

¹¹⁵ Frederick C. Beiser, *O desenvolvimento intelectual de Kant: 1746-1781*, p. 50.

¹¹⁶ Frederick C. Beiser, *O desenvolvimento intelectual de Kant: 1746-1781*, p. 50.

¹¹⁷ Cf. Ernest Cassirer, *O problema do conhecimento*, vol. III.

¹¹⁸ *Immanuel Kant: escritos pré-críticos*, 2005, p. 101, nota 2, tradução Luciano Codato.

mora' (1764). Um opúsculo, cuja as primeiras seções, que tratam da Filosofia e da Matemática, são de grande interesse para a nossa pesquisa. E não é tanto por Kant se debruçar nesse texto sobre o método desses dois tipos de conhecimento que nos voltamos a ele antes de investigarmos a Doutrina Transcendental do Método na *Crítica da razão pura*; não se trata de uma curiosidade histórico-filosófica, o motivo de examinarmos esse texto é o de saber se a *Crítica* cumpre aquilo que Kant promete em 1764, que é: uma metafísica/filosofia que proceda sinteticamente¹¹⁹. Se a problemática da sinteticidade pode responder à questão: “como é possível uma matemática pura?”; não seria ela também capaz de responder sobre a possibilidade da filosofia?

II. Filosofia, método e regras: o modo distinto de proceder em relação a matemática (1762/64)

Ao longo de vários anos volvi as minhas reflexões filosóficas para todos os lados inimagináveis e, após tantas voltas pelas quais procurava de cada vez as fontes do erro ou do discernimento no modo de proceder, consegui finalmente ter por seguro *o método que se deve observar (...)*. Todos estes esforços confluem principalmente no *método próprio da metafísica* e, por seu intermédio, também da *filosofia* no seu todo (...)¹²⁰.

¹¹⁹ Immanuel Kant. *UDG*, Ak., II, 290.

¹²⁰ Carta de Kant a Lambert, 31 de dezembro 1765. (*Correspondência Lambert/Kant*, 1988. pp. 58-9). Grifos nosso.

Eis o que Kant escreve a Johann Heinrich Lambert em 1765, pois em 1764 ele acredita ter encontrado o *método* próprio da filosofia alegando que este seria *analítico*, enquanto o da matemática¹²¹ seria *sintético*. A *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*¹²² abre com essa importantíssima distinção e ela será o *fio condutor* que sustentará boa parte do opúsculo: “A matemática adquire todas as suas definições sinteticamente, a filosofia, porém, analiticamente” (UDG, Ak., II, 275). Entende-se por *definições* o meio pelo qual determinamos um conceito e tomamos consciência de que conhecemos todas as notas de uma coisa. E ainda para cada tipo de conhecimento (matemático ou filosófico), há um meio específico para se chegar ao conceito universal. A matemática só chegaria a estes conceitos pela “*vinculação arbitrária* dos conceitos” (UDG, Ak., II, 276), por exemplo: partindo do simples pensamento de quatro linhas retas que não sejam paralelas e que possuam uma mesma grandeza determinada e ainda pensarmos, por meio dessas linhas, uma relação, e que suas extremidades liguem-se uma as outras encerrando assim um plano, essa figura que resulta dessa operação podemos denominar *quadrado*; já a filosofia para alcançar o conceito universal deve por *abstração* desmembrar um conceito que de algum modo nos é dado para torná-lo distinto, tornando evidente algumas de suas notas características que num primeiro momento se apresentavam como obscuras ou mesmo como confusas. Daí decorre o método analítico próprio da filosofia no contraste com o método sintético da matemática.

¹²¹ Tanto nesse capítulo de caráter mais geral como nos próximos capítulos, falaremos mais sobre a filosofia e seu método do que da matemática, que é o foco de nossa investigação.

¹²² Doravante *Investigação* (UDG).

Roberto Torreti nos apresenta de modo exemplar o que devemos entender por matemática e filosofia nesse texto de 64, diz ele:

A matemática é concebida aqui, como uma espécie de jogo dedutivo com conceitos factíveis (factícios) definidos arbitrariamente; a arbitrariedade da definição permite dar a ela todo o rigor que se queira ao conhecimento da investigação, a qual consiste em estabelecer relações lógicas entre os conceitos assim definidos. A metafísica [filosofia], como ciência do real, não pode adotar tal método; seus conceitos, que representam realidades efetivas, não são de todo claro, nem admitem, como queria Wolff, uma definição precisa ao conhecimento da investigação; esta consiste, antes (más bien), em boa parte, em uma análise e esclarecimento progressivos destes conceitos¹²³.

Deste modo, podemos compreender a irredutibilidade do método filosófico e matemático; a filosofia é a ciência do real, enquanto a matemática lida com grandezas.

Especificar a natureza destes dois tipos de conhecimento, para Kant, constitui o “problema do método”¹²⁴; a investigação dos caracteres próprios do método (ou melhor, dos métodos) das ciências em geral e a sua aplicação surgem na década de 60: “Num texto breve apressadamente redigido”, Kant procurou mostrar que a Metafísica e a Filosofia em geral, “(...) ainda é tão imperfeita e insegura porque o procedimento peculiar da mesma tem sido ignorado, na medida que este não é *sintético*, como o da Matemática, mas *analítico*”¹²⁵. Um

¹²³ Roberto Torreti, *Manuel Kant: estudos sobre los fundamentos de la filosofía crítica*, 1964, pp. 44-5.

¹²⁴ Segundo Carlos Morujão, desde a década de 60 o problema do método é uma constante nos escritos de Kant até a edição da primeira *Crítica*. (MORUJÃO. 2006, p. 11).

¹²⁵ Immanuel Kant, *Notícia do prof. Immanuel Kant sobre a organização de suas preleções no semestre de inverno de 1765-1766*, (Ak 308/ A 8). In: *Lógica*, 1992. p. 176.

assunto que ocupa o seu pensamento já há alguns anos e que ele acredita estar muito próximo da resolução, é o que ele mesmo diz em uma carta¹²⁶ endereçada ao secretário da Academia J. H. Samuel Formey fazendo referência ao conteúdo do opúsculo *Investigação* (1764¹²⁷).

A primeira parte da *Investigação* é dedicada exclusivamente à matemática e à filosofia, com o intuito de esclarecer qual seria o grau de certeza que cada uma é capaz e se seriam de algum modo similares. Para responder a tal questão, Kant apresenta o método da matemática. A preocupação aqui não é tanto demonstrar o fundamento da matemática, mas o limite que possui, isto é, apontar qual o *uso* legítimo que se faz dessa ciência sem extrapolar as suas fronteiras. Pois “Bem sei”, diz Kant, “que alguns geômetras *confundem os limites das ciências* e, às vezes, pretendem filosofar na doutrina das grandezas (...)” (*UDG*, Ak., II, 279)¹²⁸, quando o que eles deveriam fazer era se manter fiel ao ofício da matemática que é “conectar e comparar conceitos dados de grandezas, que são claros e seguros, para ver o que daí se pode inferir” (*UDG*, Ak., II, 278). Ou seja, tudo o que está fora dessa função está fora do limite da matemática. É deste modo que Kant pretende, a princípio, evidenciar o grau de certeza que este tipo de conhecimento possui.

Do lado da filosofia, que tem sempre sido alvo das críticas mais mordazes quanto a sua validade, Kant ao invés de analisar a natureza constituída deste tipo de conhecimento, busca já de início propor um *método* para a filosofia, o seu

¹²⁶ Immanuel Kant, *Correspondência*, 2005, [4] À J. H. Samuel Formey – Königsberg, 28 de junho de 1763. p. 42.

¹²⁷ Essa é a data de publicação e não de composição, que alguns comentadores de Kant costumam localizar entre 1762 - 1763. Cf. Cassirer – *Kant, vida y doctrina*, p. 83.

¹²⁸ Grifos nosso.

método¹²⁹. Kant nas linhas iniciais de seu texto anuncia de modo meramente negativo como irá proceder: “Não me fiarei nas doutrinas dos filósofos, cuja insegurança dá ensejo justamente à presente tarefa (...)” (*UDG*, Ak., II, 275). Assim, evidência que deverá seguir outro caminho. Mostrando que o uso correto da matemática deve ser evidenciado e o da filosofia deve, por sua vez, ser encontrado e estabelecido. O que *podem* e até *onde podem* ir estes dois tipos de conhecimento, é uma pergunta chave que ajuda a fixar as suas diretrizes singulares e específicas e, na mesma medida em que são respondidas, nos ajudam a compreender porque a matemática e a filosofia não são redutíveis a um único e mesmo método.

A preocupação com o “método” apresentada no opúsculo não é de toda inédita; Descartes, para dar um exemplo importante, propõe regras para um “método único” e universalmente válido para todas as ciências. Tais regras do método se deixam apreender com mais facilidade no raciocínio matemático e na generalização das regras de sua técnica algébrica¹³⁰.

Nas *Regras para a direção do espírito (Regra XIV)*, Descartes diz,

A sua utilidade para adquirir uma maior sabedoria é tal que não recearei afirmar que esta parte do nosso método não foi inventada por causa dos problemas matemáticos, antes são estes que importa estudar quase só por mor de a cultivar. E nada suporei destas disciplinas, excepto talvez certos axiomas conhecidos por si mesmos e ao alcance de toda e gente; mas o seu conhecimento, tal como

¹²⁹ Dizemos, *seu método*, não em sentido arbitrário ou mesmo inconsequente, mas na medida em que com este opúsculo Kant assinala o seu modo peculiar de filosofar, se distanciando de pensadores como Wolff, Descartes, Hobbes e outros, que buscam reduzir a um único método todo o conhecimento. É o que pretendemos explicar na sequência.

¹³⁰ “Dividir a dificuldade, ir do simples ao complexo, efetuar enumerações completas, é o que observa rigorosamente o geômetra quando analisa um problema em suas incógnitas, estabelece e resolve suas equações”. (Gilles-Gaston Granger. Introdução, in: *René Descartes (Os Pensadores)*, 1979, p.17).

habitualmente se encontra noutros, ainda que não seja alterado por nenhum erro declarado, é no entanto obscurecido por um grande número de princípios desvirtuados e mal concebidos, que nos esforçaremos, (...) por corrigir¹³¹.

A tese proposta pela *Regra I*¹³² e a não restrição¹³³ do método aos objetos da matemática assinaladas no *Discurso do Método*, têm como objetivo a concretização de uma *mathesis universalis* que englobaria toda matéria do conhecimento humano sob *um único método*. Essa visão cartesiana é apoiada em grande medida pela concepção de que o entendimento sendo *uno*, o método para extrair conhecimento dos objetos, mesmo que estes sejam dispostos para nós como uma *pluralidade*, deve ser *uno* e se estender a todas as ciências. A pluralidade do objeto não importa, já que a razão ou entendimento ditam a regra; o nosso sol, a nossa luz natural, é a razão/entendimento que ilumina tais objetos do mesmo modo¹³⁴. A necessidade do método em Descartes pode ser apreendida numa frase que se encontra na Primeira Parte do *Discurso do Método*: “Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem”¹³⁵. Aplicar segundo uma ordem, uma regra, em todos os campos do conhecimento,

¹³¹ René Descartes, *Regras para a direção do espírito, Regra XIV*, p.93.

¹³² “Com efeito, visto que todas as ciências nada mais são do que a sabedoria humana, a qual permanece sempre *una e idêntica*, por muito diferentes que sejam os objetos a que se aplique, e não recebe deles mais distinções do que a luz do sol da variedade das coisas que ilumina, não há necessidade de impor aos espíritos quaisquer limites”. (René Descartes, *Regras para a direção do espírito, Regra I*, p. 11).

¹³³ “(...) o que me contentava mais nesse método era o fato de que, por ele, estava seguro de usar em tudo minha razão (...), além disso, sentia, ao praticá-lo, que meu espírito se acostumava pouco a pouco a conceber mais nítida e distintamente seus objetos, e que, não o tendo submetido a qualquer matéria particular, prometia a mim mesmo aplicá-lo tão utilmente às dificuldades das outras ciências como fizera com as da Álgebra.” (René Descartes, *Discurso do método, Segunda parte*, 1979, p. 48).

¹³⁴ “O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada (...)”; “(...) o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens (...)”. (René Descartes, *Discurso do método, Primeira Parte*, 1979, p. 37).

¹³⁵ René Descartes, *Discurso do método, Primeira Parte*, 1979, p. 37.

em outras palavras, questão de método. Também Christian Wolff com sua teoria leibniziana abriu caminho junto ao espírito eclético da época, para o predomínio do método matemático¹³⁶ no campo da filosofia¹³⁷.

Kant não está longe das razões que Descartes expressa, na frase supracitada. “Todo conhecimento”, diz Kant, “bem como um todo do mesmo têm que ser conformes a uma regra”¹³⁸. Ou ainda, “Enquanto ciência, o conhecimento tem que ser organizado segundo um método. Pois a ciência é um todo do conhecimento como sistema e não como simples agregado”¹³⁹. Mas o que tanto Descartes quanto Wolff parecem ignorar é exatamente aquilo que Kant não descuidou em seu exame, a saber, que a natureza do objeto também é uma peça que participa na construção do método¹⁴⁰. Na matemática, os conceitos de grandeza lhes pertencem e só nela podem ser transformados em conhecimento, através da *síntese*, isto é, definindo um conceito e vinculando-o arbitrariamente a outros conceitos para daí julgar. Na filosofia, o ato de julgar deve ser tentada somente depois da *análise*, dos “conceitos que são dados de maneira confusa”¹⁴¹.

¹³⁶ “§139. *Identidade do método matemático e do método filosófico. As regras do método filosóficos são as mesmas do método matemático*”. (Christian Wolff, *Discursus praeliminaris de philosophia in genere*, in: *Lógica Latina* [1728]). *A tradução e a referência aqui apresentados são de Eduardo Ruttke von Saltiel – *Wolff e o jovem Kant* (dissertação de mestrado, 2012).

¹³⁷ Cf. Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento (Tomo II)*, 1993, p. 374.

¹³⁸ Immanuel Kant, *Lógica, #94 Maneira e método, A215/ Ak139*.

¹³⁹ Immanuel Kant, *Lógica. #95 A forma da ciência – o método, A215/ K139*.

¹⁴⁰ “Uma vez que a *grandeza* constitui o objeto da matemática (...) salta aos olhos distintamente que esse conhecimento tem de basear-se em algumas poucas e bem claras lições fundamentais (...); e (...) entre as *qualidades*, que constituem o objeto próprio da filosofia, há infinitamente várias [qualidades, p.ex. o conceito de **liberdade**], cuja diferenciação exige muitíssimo (...)”. (Immanuel Kant, *UDG, Ak., II, 282, p. 113-4*). Grifos nosso.

¹⁴¹ Immanuel Kant, *UDG, Ak., II, 278, p. 107*.

Na década de 1760 o objeto ainda determinaria em alguma medida, no pensamento de Kant, o modo de conhecê-lo? Há no objeto uma dimensão própria no modo de se deixar apreender? Não é certo dizer, com todas as letras, que Kant mesmo nessa época tenha flertado com o empirismo, e do mesmo modo, não podemos descartar totalmente essa possibilidade, já que seu opúsculo parece muitas vezes apontar para uma filosofia natural e, por conseguinte, experimental¹⁴²; a razão deve saber se conduzir no campo do conhecimento e não se deixar arrastar pelos objetos. O que parece evidente é que Kant, assim como Newton, pressupõe uma ontologia (a condição de possibilidade de suas *regras metodológicas*), como veremos melhor mais adiante.

Mesmo sem proceder a um exame nem integral nem parcial das faculdades de conhecimento (tarefa crítica por excelência), Kant nos diz como ele está seguro quanto aos resultados de suas investigações:

Desde esta época, a partir da natureza de toda investigação que se me depara, vejo sempre aquilo que devo saber para produzir a solução de uma questão particular e qual o grau de conhecimento a partir do qual se determina aquilo que é dado, de tal modo que, decerto, o juízo se torna muitas vezes mais limitado, mas também mais determinado e mais seguro do que comumente acontece. Todos estes esforços confluem principalmente no método próprio da metafísica e, por seu intermédio, também da filosofia no seu todo (...)¹⁴³.

Kant é guiado pelo método, mas um método que ele achou não para todas as ciências, mas para a metafísica e conseqüentemente para a filosofia em geral.

¹⁴² Cf. Immanuel Kant, *UDG*, Ak., II, 275, p. 104.

¹⁴³ Carta de Kant a Lambert, 31 de dezembro 1765. (*Correspondência Lambert/Kant*, 1988. pp. 58-9).

Se é assim, é preciso, afastar a matemática da filosofia e demonstrar o quanto estas são diferentes não apenas na sua aplicação mas também no objeto. O método, por sua vez, é caracterizado por *regras*, que o investigador deve se ater se quiser possuir algum conhecimento seguro no âmbito das investigações filosóficas. E mesmo reconhecendo que o empenho de Descartes em realizar uma *mathesis universalis* é exemplar e digna de consideração, o seu projeto não será levado adiante, pelo menos não em Kant, ou seja, Kant não se deixa convencer pela redução metodológica de Descartes, Hobbes¹⁴⁴ e nem da escola wolffiana que ele conhece tão bem¹⁴⁵.

III. A pergunta pela certeza na filosofia exige as regras metodológicas

Kant inicia seu opúsculo pela indagação da Academia Real, acerca da certeza na filosofia, já que “os conhecimentos filosóficos têm, na maioria das vezes, o destino das opiniões e são como meteoros, cujo brilho, por sua duração, nada promete. Eles desaparecem, mas a matemática permanece” (*UDG, Ak., II, 283*). Deste modo, a filosofia em sua característica geral é cambiante, e a aplicação do método matemático nela (como era defendido pela escola wolffiana) em nada a teria ajudado, tendo em vista o quadro geral desse tipo de saber o qual teria motivado a Academia Real pôr em questão a sua legitimidade.

¹⁴⁴ Para compreender a redução metodológica empreendida por Thomas Hobbes, e como ele fundamenta seu “método único para todo conhecimento”: Cf. Celi Hirata, *Leibniz e Hobbes: causalidade e princípio de razão suficiente*, 2017, cap. “*Filosofia como investigação das causas e dos efeitos no De Corpore*”, pp. 29-38.

¹⁴⁵ “Kant logra dar alguns passos decisivos para além da concepção wolffiana de conceito, juízo e método, preparando ou antes tornando incontornável uma reformulação geral da abordagem dos problemas propostos tradicionalmente ao pensamento filosófico”. (Joãosinho Beckenkamp, *Estudo sobre o conceitualismo kantiano*, 1999, p. 64). Grifos nosso.

Portanto, se nenhuma filosofia foi escrita¹⁴⁶, como Kant afirma na *Investigação*, como a filosofia pode ser constituída e qual é a natureza da sua fundamentação? Ou, de que espécie de certeza podemos obter de suas provas no âmbito teórico, se alguma for possível? Ou ainda, dito de maneira mais geral: qual método deve ser aplicado na filosofia e, esse método pode ser considerado seu fundamento?

Segundo Lebrun¹⁴⁷, Kant reconheceu a incerteza das proposições metafísicas, mas a sua reflexão nesta época o leva a focar apenas no “problema do método” como chave de toda a querela entre os filósofos e os pietistas. Na leitura de Lebrun deste opúsculo de 64 a questão da fundamentação da filosofia não é posta e nem mesmo assinalada, mesmo que de modo geral. Mas não seria o *método* em si mesmo o fundamento da filosofia nesse momento? Por isso, não é absurdo pensar que Kant pretende estabelecer outras *regras*, que não as da matemática, como partes constituintes de um método próprio à filosofia.

O resultado sobre o grau de certeza na filosofia que Kant chega é obtido a partir da aplicação do método; aqui não se faz abstração de todo e qualquer conteúdo para esclarecer em que consistiria uma certeza formal, a certeza precisa ser, neste momento, também material. “Confiarei, por isso”, diz Kant, “a todo conteúdo do meu tratado proposições empíricas seguras e consequências imediatas extraídas a partir delas” (*UDG, Ak., II, 275*).

¹⁴⁶ “A metafísica [ou filosofia em geral] é, sem dúvida, o mais difícil dos saberes humanos; e nenhuma, jamais, foi escrita até então” (Immanuel Kant, *UDG, Ak., II, 283*, pp. 114-5).

¹⁴⁷ Gérard Lebrun, *Kant e o fim da Metafísica*, 1993, p. 29.

IV. Uso de regras metodológicas

O paradigma não é outro, senão o método da física newtoniana que procura um apoio para a razão em *regras*, para esta não se perder nas suas investigações da natureza. De fato, também em Isaac Newton, a ideia de alcançar o maior grau de certeza do saber e com isso fazer progredir as ciências, está vinculado à questão do método; não é por menos que no Livro Três de sua obra mais importante, *Principia*¹⁴⁸, Newton enuncia quatro regras cuja seção é denominada: *Regras De Raciocínio Em Filosofia*.

“Regra I – *Não devemos admitir mais causas para as coisas naturais do que as que são verdadeiras e suficientes para explicar as suas aparências*”¹⁴⁹. A primeira regra tem por finalidade evitar o acúmulo de hipóteses e sobrecarregar deste modo o aparato explicativo, mas isso se dá muito mais pelo caráter da Natureza do que de uma precaução do filósofo. A Natureza é simples, nos diz Newton, e não faz nada em vão, e quanto maior o acúmulo de princípios para explicar um dado fenômeno, menos nos servirão.

“Regra II – *Portanto, os mesmos efeitos naturais temos de atribuir as mesmas causas, tanto quanto possível*”¹⁵⁰. Essa Regra, assim como a primeira, estão intimamente ligadas, e juntas expressam dois postulados ontológicos, o primeiro referente a *simplicidade da natureza*, e o segundo postulado, o da *uniformidade da natureza*. Esses dois postulados serão as duas pedras angulares em que se assentou a metafísica que sustentará boa parte da metodologia de Newton.

¹⁴⁸ *Princípios matemáticos de filosofia natural* (1687). Para se ter uma notícia do momento histórico em que Newton vivia enquanto trabalhava na sua obra *Principia* e o desenvolvimento e composição desta obra, que fora recebido entusiasticamente por muitos pensadores modernos, consultar: Richard S. Westfall, *A vida de Isaac Newton*, capítulo 8 – *Principia*.

¹⁴⁹ Isaac Newton, *Principia*, 2012, Livro III, p. 185.

¹⁵⁰ Isaac Newton, *Principia*, 2012, Livro III, p. 185.

Regra III – *As qualidades dos corpos que não admitem intensificação nem diminuição de graus, e que pertencem a todos os corpos dentro do alcance de nossas experiências, devem ser consideradas como qualidades universais de todos os corpos de qualquer tipo*¹⁵¹.

Pois as qualidades dos corpos só são conhecidas por meio da experiência, e quando constatamos regularidade, uniformidade, podemos e “devemos considerar como universais todas aquelas [qualidades] que concordam universalmente com as experiências”¹⁵², quanto a isso, Newton é bastante consequente. “As demonstrações abstratas, por mais elegantes que fossem, eram uma coisa. Já a filosofia natural¹⁵³ volta-se para o mundo real, e o mundo real consiste em muitos corpos”¹⁵⁴. Vê-se nessa Regra III, que ela também está, naturalmente, apoiada no segundo postulado ontológico, o da *uniformidade da natureza*.

Por fim, a quarta e última Regra, tem por objetivo, prevenir a sub-repção de hipóteses no argumento indutivo.

Regra IV – *Na filosofia experimental devemos considerar as proposições inferidas pela indução geral a partir dos fenômenos como precisamente ou muito aproximadamente verdadeiras, apesar de quaisquer hipóteses contrárias que possam ser imaginadas, até o momento em que outros fenômenos ocorram pelos quais elas possam ou ser tornadas mais precisas, ou fiquem sujeitas a exceções*¹⁵⁵.

O uso de *regras metodológicas*, também pode ser encontrado em Francis Bacon; com sua obra *Novum Organum (1620)*, ele busca estabelecer regras para

¹⁵¹ Isaac Newton, *Principia*, 2012, Livro III, p. 186.

¹⁵² Isaac Newton, *Principia*, 2012, Livro III, p. 186.

¹⁵³ Sobre a filosofia natural de Newton consultar: (Org) Bernard Cohen, Richard S. Westfall, *Newton: textos, antecedentes, comentários*, 2012, Parte 1: Filosofia Natural.

¹⁵⁴ Richard S. Westfall, *A vida de Isaac Newton*, 2007, p. 171.

¹⁵⁵ Isaac Newton, *Principia*, 2012, Livro III, p. 187.

conduzir as ciências e a razão. O método baconiano¹⁵⁶ de ciência, é o método indutivo; como podemos ver, por exemplo, neste trecho a respeito das “altíssimas torres” que encontramos no seu escrito *Nova Atlântida (1627)*¹⁵⁷, e o trabalho que se desenvolve ali:

Tais torres, conforme sua altura e posição, servem para os experimentos de isolamento, refrigeração e conservação, e para observações atmosféricas, como o estudo dos ventos (...). Também em tais torres (...) vivem eremitas, que são, periodicamente, visitados e *instruídos a respeito do que devem observar*¹⁵⁸.

O que se mostra evidente é que a indução não é cega, isto é, é preciso instruir o espírito e sempre atentar-se ao que *se deve e como se deve* observar, e tudo isso por meio de *regras* estabelecidas. “Porque”, nos diz Bacon, “o intelecto não regulado e sem apoio é irregular e de todo inábil para superar a obscuridade das coisas”¹⁵⁹. Do mesmo modo Kant, tenta estabelecer *regras* para a filosofia, mas não apoiado nos escritos de Bacon e sim de Isaac Newton, como ele mesmo confirma¹⁶⁰. E é nesse sentido, que Kant buscar fixar o *fio condutor* próprio desse opúsculo de 64, ou seja, a distinção entre “método sintético” e “método analítico”,

¹⁵⁶ Sobre a aproximação de Bacon e Kant, Cf. Miguel Spinelli. *O projeto da Grande Instauração de Francis Bacon e porque Kant lhe dedicou a Crítica*. *Veritas*, v, 55, n. 2, maio/ago. 2010, p. 88-107.

¹⁵⁷ Em seu texto *Nova Atlântida*, Bacon descreve em tom de fábula aquilo que podemos tomar como sendo o seu ideal de ciência e a destinação do homem, o primeiro centrado na maravilhosa instituição científica chamada Casa de Salomão, e a segunda se efetivaria paralelamente a esta ao restituir ao homem (depois da queda adâmica) o domínio sobre a natureza que lhe era natural. Para uma introdução a este texto de Bacon são interessantes os trabalhos de: Mickael Popelard, *La Nouvelle Atlantide et l'idée baconienne de la science*. In: Francis Bacon: L'humaniste, le magicien, l'ingénieur. Paris: Presses Universitaires de France, 2010; Bernardo Jefferson de Oliveira, *A ciência nas utopias de Campanella, Bacon, Comenius, e Glanvill*. *Kriterion*, Belo Horizonte, n° 106, Dez/2002, pp. 42-59.

¹⁵⁸ Francis Bacon, *Nova Atlântida*, 1999, p. 246. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. (Os pensadores). Grifos nosso.

¹⁵⁹ Francis Bacon, *Novum organum*, LI, XXI., 1999. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. (Os pensadores).

¹⁶⁰ Cf. Immanuel Kant, *UDG*, Ak., II, 286, p. 119.

sendo que cada um tem suas regras específicas e conseqüentemente aplicações distintas.

Kant enumera explicitamente duas regras nas *Investigações*, “A primeira e principal regra é esta: não se comece com definições, pois teria de ser procurada a mera definição nominal (...)” (*UDG*, Ak., II, 285);

A segunda regra é: assinalem-se em particular, os juízos imediatos sobre o objeto, em vista do que primeiramente se encontra nele com certeza, e depois que se esteja certo de um não estar contido no outro, antecipem-se esses juízos, qual os axiomas da geometria, como base para todas as inferências (*UDG*, Ak., II, 286)¹⁶¹.

Embora apenas essas duas regras são explicitadas como tal, as *Investigações* nos levam a deduzir outras que complementam estas duas, como veremos a seguir.

V. Método e regras: aplicação do método analítico na filosofia

Em seu “Exemplo no conhecimento da natureza dos corpos do único método seguro da metafísica” (*UDG*, Ak., II, 286), Kant aplica aquele que ele acredita ser o único método seguro da metafísica para examinar a proposição: “todo corpo tem que se constituir de substâncias simples”; mostrando o modo de

¹⁶¹ Essas duas regras kantianas se aproximam muito mais da quarta regra de Newton do que das outras três. Isso mostra de algum modo a originalidade de Kant, e mesmo que ele diga, poucas linhas depois de apresentar as suas duas regras, que *o autêntico método da metafísica é igual ao da física de Newton*, Kant parece não levar adiante essa afirmação; se o fizesse, o seu opúsculo, outra coisa não seria do que uma mera transposição metodológica. Ou seja, Kant negaria a filosofia o método matemático (vigente em sua época até então), por outro, o da física de Newton. Mas essa suposição é insustentável, e a própria *Investigação* o desmente.

estabelecer conhecimentos sem que seja necessário recorrer a definições e nem mesmo começar por elas.

Não é necessário concluir o que seja um corpo, pois sabemos que ele deve ser constituído de partes simples que subsistiriam mesmo que ele, o corpo, não existisse¹⁶². Se o conceito de substância, que normalmente está vinculado ao de *partes simples* que compõe um corpo, se trata de um conceito abstrato, isso quer dizer em última análise que fora *abstraído de coisas corpóreas do mundo*; e não precisamos nos preocupar em definir o que seja substância, pois basta que possamos demonstrar que os corpos devem ser compostos de partes simples. Posto essa demonstração como possuidora de certo grau de certeza, podemos utilizá-la para chegarmos a outros conhecimentos, o que Kant fará para demonstrar alguns conhecimentos da natureza dos corpos.

O exemplo é dividido em duas partes principais, num primeiro momento da argumentação Kant busca demonstrar que o corpo ocupa um espaço por meio de uma *força* que lhe é inerente, isto é, a impenetrabilidade; já no segundo momento Kant argumenta com base no resultado do *primeiro momento* que os elementos primeiros não parecem ser extensos.

Analiseemos o exemplo; *primeiro momento*:

(...) há uma determinada multiplicidade das partes de todo corpo, que são todas simples, e uma igual multiplicidade das partes do espaço que o corpo ocupa, que são todas compostas. Segue-se daí que cada parte simples (elemento) no corpo ocuparia um espaço. Se pergunto, agora, “o que significa ocupar um espaço?”, então me apercebo [*innewerde*], sem preocupar-me com a essência do espaço, de que, se um espaço pode ser penetrado por alguma coisa, sem que haja algo nele que

¹⁶² Cf. Immanuel Kant, *UDG*, Ak, II, 279, pp. 108-9.

resista a essa coisa, bem se poderia dizer, caso se quisesse, que haveria algo nesse espaço, mas jamais que um espaço está ocupado por algo. Donde reconheço que um espaço está ocupado por algo se, no impulso de um corpo móvel penetrar em tal espaço, há algo que resiste a esse corpo. Essa resistência é, porém, a impenetrabilidade. Assim, os corpos ocupam o espaço pela impenetrabilidade. A impenetrabilidade é, porém, uma *força*. (UDG, Ak., II, 287).

O resultado dessa argumentação é o seguinte: a impenetrabilidade é uma *força*, e a *força* é uma *ação*, pois é algo que resiste a uma *ação* externa oposta; e a *força* mostrou-se convir ao corpo (que penetra no espaço), então essa *força* deve convir também as suas partes simples, isto é, que compõe o corpo; por conseguinte, os elementos de um corpo preenchem seus espaços pela *força* da impenetrabilidade.

O segundo momento do exemplo é guiado pela questão: *não seriam extensos os elementos primeiros, já que cada um preenche um espaço no corpo?*

Segundo momento:

Aqui posso eventualmente alegar uma definição imediatamente certa, a saber, *extenso* é aquilo que, posto por si (absolutamente), preenche um espaço, tal como cada corpo individual, mesmo que eu representasse que nada existiria exceto ele, preencheria um espaço. Todavia, se considero um elemento absolutamente simples, então é impossível, se ele é posto só (sem conexão com outros), que nele se encontrem vários elementos extrínsecos entre si e que ele ocupe absolutamente um espaço. Por isso ele não pode ser extenso. (UDG, Ak., II, 287).

Como podemos ver, a resposta a que se chega quando se parte, no exemplo, de uma definição é apenas negativa: os elementos simples (primeiros) não

podem ser extensos. Percebemos isto pela definição que Kant insere logo de início do segundo momento do exemplo. Essa definição é *consequência*, isto é, um resultado do *primeiro momento*; logo, não é posta de chofre para que em seguida se extraíam conclusões. Só pode ser extenso o que, uma vez posto, preenche um espaço; e preenche um espaço por meio de uma *força* que resulta da ação das partes que resistem mutuamente a outra ação externa. Isso, por sua vez, nenhum elemento isolado consegue fazer. Deste modo a impenetrabilidade é uma força exercida em relação as ações externas – o que corrobora, por fim, que é devido a impenetrabilidade que um corpo ocupa um espaço¹⁶³.

Sem partir da definição¹⁶⁴ Kant nos revela, pelo método analítico, dois conhecimentos extraídos da natureza dos corpos: primeiro, ele ocupa um espaço porque possui uma *força*, a impenetrabilidade; segundo, os elementos primeiros não são extensos, porque postos não preenchem nenhum espaço, sendo a impenetrabilidade uma pluralidade das ações externas, isto é, do corpo enquanto tal, ou seja, enquanto conjunto. Noutras palavras, somente os corpos são extensos, não os elementos primeiros em si mesmos. O que torna um corpo extenso é a relação de suas partes constituintes; agora, o fato de que essas partes isoladas, entendidas como primeiros elementos, não possuam extensão só pode ser explicado por uma análise levada a cabo pelo método analítico. Este

¹⁶³ “(...) uma vez que a força da impenetrabilidade, exercida por oposição a várias coisas externas, é a causa pela qual o elemento ocupa um espaço, então vejo que daí decorre muito bem uma pluralidade em sua ação externa, mas nenhuma pluralidade em vista das partes internas, por conseguinte ele [o elemento simples] não seria extenso (...)”. (Immanuel Kant, *UDG*, Ak., II, 287, pp. 121-2).

¹⁶⁴ Nessa postura de Kant ao conduzir o método da metafísica na análise do corpo inevitavelmente somo levados a reconhecer um parentesco com a Regra IV que Newton propõem no início do seu terceiro livro dos *Principia*. Pois mais importante ou mesmo mais segura do que definições, são as consequências que se extraem a partir de um método seguro que se apoia na experiência, neste caso da metafísica em geral uma experiência (segura) interna.

permite, por sua vez, que a análise se apoie na geometria. Assim, é a argumentação analítica que se apropriou da linguagem e do campo de representação da geometria e não o inverso¹⁶⁵. Todo esse conhecimento é, deste modo, obtido sem recorrer inicialmente à definição; ao contrário, é o resultado de uma investigação que se apoia em uma experiência segura. “Fica claro”, diz Kant, “pelo exemplo mencionado, que muito se pode dizer, com certeza, sobre um objeto, tanto na metafísica como em outras ciências, sem tê-lo definido” (*UDG*, Ak., II, 289).

O método analítico na metafísica viria assegurar o seu conjunto de conhecimentos e ao mesmo tempo faria parte de uma função que lhe é natural, pois Kant diz que o ofício da metafísica é resolver conhecimentos confusos. Se eles são confusos, quer dizer que são dados e se são dados podem ser analisados, ou seja, estão no âmbito do método analítico. Mas a metafísica não estaria condenada a proceder somente por análises, este é apenas o primeiro passo, é preciso garantir que ela alcance um grau de certeza, se não como o da matemática, pelo menos mais seguro do que aquele que a ela vem sendo imposto. O segundo passo na metafísica seria proceder *sinteticamente*, quando os conceitos estiverem distintamente assinalados e suas notas características evidentes; é por isso que Kant diz:

Ainda não é hora de proceder sinteticamente na metafísica; só quando a análise nos tiver propiciado conceitos distinta e minuciosamente entendidos poderá a síntese, como na matemática, subordinar os conhecimentos compostos aos mais simples. (*UDG*, Ak., II, 290).

¹⁶⁵ O espaço é representado como geométrico e não como metafísico, um espaço é representado como sendo um lugar que não resiste a um corpo, sendo, portanto, preenchido por este. O exame pode ser geométrico e singular, mas o resultado é metafísico e universal.

A *Investigação* dá grande ênfase à questão *do método* da filosofia. A incerteza que Kant verifica nos sistemas filosóficos tem como contrapartida a exigência de um exame do método filosófico. Kant assinala que a fonte de incerteza não apenas é desconsideração do método próprio da filosofia, mas, contra outros filósofos, a assimilação do método filosófico ao matemático. A solução para Kant, por conseguinte, está na exata fundamentação do método filosófico. Portanto, Kant propõe para a fundamentação da metafísica/filosofia¹⁶⁶ um método analítico conduzido por *regras metodológicas*: a metafísica deve ser analítica!

(...) em filosofia, os conceitos dados das coisas constituem o ponto de partida. Tais conceitos, porém, são confusos, ou ainda não suficientemente determinados. A filosofia tem por objeto as qualidades, quer dizer, as determinações intrínsecas das coisas; tais determinações, porém, não são dadas no início, mas sim, apenas, no final do trabalho filosófico.

Ou seja, é no fim da operação regrada metodologicamente nos parâmetros estabelecido para a filosofia, que se chega àquilo que pertence por direito a filosofia.

Podemos destacar as notas características fundamentais desse método se lembrarmos das articulações e a ordem apresentadas por Kant ao longo da *Investigação*; são elas: (1) o método analítico; (2) universal pelos sinais in

¹⁶⁶ “A metafísica é apenas uma filosofia aplicada às perspectivas mais universais da razão e é impossível que essa relação com a filosofia seja diferente”. (Immanuel Kant, *UDG, Ak.*, II, 292, p. 128).

abstracto¹⁶⁷; (3) abstrair de; (4) comparação, subordinação e limitação; (5) conclusão – o método é *análogo* à física newtoniana e *não o mesmo*.

(1) o fio condutor da investigação se dá pela distinção de dois meios para se chegar às “definições¹⁶⁸”, a matemática irá adquirir suas definições sinteticamente e a filosofia analiticamente. O que pode levar a todo conceito universal, que também apresenta dois caminhos, pela “vinculação arbitrária” (matemática) ou por “abstração” (filosofia) de algum conhecimento que se tornou distinto por desmembramento. Enquanto a matemática constrói o seu objeto pela definição, pois este não é dado antes disso, para a filosofia “já está dado o conceito de uma coisa, mas de maneira confusa e não bastante determinada” (UDG, Ak., II, 276).

(2) a filosofia considera em *suas resoluções, inferências e demonstrações* o universal “pelos sinais in abstracto”, diferente da matemática que é “sob os sinais in concreto”. Para examinar e extrair conhecimentos de algum objeto, no caso da filosofia, deve-se ter o objeto ante o espírito e isto *in abstracto*; não dá para recorrer ao apoio *in concreto* que a matemática naturalmente se utiliza. Como, p. ex., com uma caneta posso riscar em uma folha um círculo e duas linhas e extrair a partir de um exame guiado por regras fáceis um conceito universal, e tudo isso por meio de um singular concreto. “Com essas duas linhas”, diz Kant,

¹⁶⁷ “Os sinais da consideração filosófica jamais são algo diferente de palavras, que não indicam, em sua composição, os conceitos parciais em que consiste a idéia toda que a palavra significa, nem podem designar, em suas conexões, as relações dos pensamentos filosóficos. Por isso, deve-se ter, nessa espécie de conhecimento, a própria coisa diante dos olhos em cada pensamento, e se é exigido representar o universal *in abstracto*, sem que se possa fazer uso dessa importante facilitação que é lidar com sinais individuais, em vez de conceitos universais das próprias coisas” (Immanuel Kant, UDG, Ak., II, 279).

¹⁶⁸ Immanuel Kant, *Lógica*. (A217), #99: “Uma definição é um conceito suficientemente distinto e adequado (*conceptus rei adequatus in minimis terminis, complete determinatus*)”.

“demonstram-se as relações e nelas se considera *in concerto* a regra universal das relações das linhas que se cruzam em todos os círculos”. (*UDG, Ak., II, 278*) Agora, se quisermos provar que um corpo é composto de partes simples, o único meio seguro de proceder é “pelos sinais in abstracto”, pelas razões que já explicamos mais acima.

(3) e pela filosofia proceder “pelos sinais in abstracto” em suas investigações de objetos dado que essa terceira nota, isto é, o “abstrair de”, cumpre uma função necessária e deve ser bem estabelecida os seus limites. Kant não aprofunda aqui esse conceito, e parece mesmo dar pouca atenção a ele. Mas, na verdade, mesmo sem um exame mais apurado de Kant, o “abstrair de” no sentido de uma operação, está contido já na primeira e segunda nota que destacamos: (1) método analítico da filosofia, (2) pelos sinais in abstracto. Razão essa que talvez, possa ter levado Kant a dispensar-se, para os fins desejados da *Investigação*, de se deter, por ora, nesse conceito.

Na seguinte passagem (na qual Kant apresenta o método analítico) encontramos a nota (3) e a nota (4) comparação, subordinação e limitação:

Tenho de considerar essa ideia [de tempo] em várias relações¹⁶⁹, para descobrir por desmembramento¹⁷⁰ suas notas características, conectar¹⁷¹ diversas notas características abstraídas¹⁷², para descobrir se elas fornecem um conceito suficiente, e cotejá-las entre si¹⁷³, para descobrir se uma não encerra em si¹⁷⁴ parcialmente a outra. (*UDG, Ak., II, 276*)

¹⁶⁹ Comparação (4).

¹⁷⁰ Método analítico (1).

¹⁷¹ Subordinação (4).

¹⁷² Abstrair de (3).

¹⁷³ Pelos sinais in abstracto (2).

¹⁷⁴ Limitação (4).

Não devemos dizer que há aqui uma confusão do método, por aparecer ações (ou mesmo o que chamamos de notas do método) que não haviam sido explicadas por Kant, já que o exemplo é extraído do início do texto. Ora, o que acontece é que a ordem da exposição visa muito mais a clareza das operações do método do que expor a ordem genética de tal método. Ou dito de outra maneira, o próprio método de exposição deve ser analítico.

(5) a aproximação com o método da física de Newton resulta das notas características que Kant atribui ao método da filosofia. Ou seja, é em última análise uma construção à que Kant procede ao examinar os erros nas doutrinas dos filósofos e buscar solucionar os descaminhos desse tipo de saber. Ao abandonar o método da matemática que era até então usual na filosofia e propor um *método simples e cauteloso conduzido por regras*, como o de Newton, Kant não estaria trocando um método A (*more geometrico*) por outro B (*físico-newtoniano*) ao invés de buscar um C (?) próprio para esse tipo de saber? Kant propõe uma analogia como a física newtoniana, não a sobreposição de método. Não é a subordinação total da filosofia/metafísica à física newtoniana que Kant sugere, mas encontrar *regras* (tão seguras quanto às da física newtoniana) que tragam *consequências profícuas para ela*¹⁷⁵. E é a glória da filosofia que, a partir desses poucos princípios, trazidos do nada, seja capaz de exhibir tantos

¹⁷⁵ Cf. Segundo Rogério Passos Severo na introdução de sua tradução do texto kantiano *Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço – 1768* (Von dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume), Kant irá proceder em sua reflexão tal como apresentada aqui na *Investigação*, isto é, a partir do *método* elucidado nesse opúsculo: “A prova de Kant procede metodologicamente segundo o disposto em sua *Investigação sobre a clareza dos princípios da teologia natural e da moral*, de 1764. Em filosofia, diz ele, contrariamente ao que sucede em matemática, deve-se partir não de definições, mas de fatos imediatamente evidentes”. *Cadernos de Filosofia Alemã* 2, p. 61-75, 1997.

resultados¹⁷⁶. Mas contrariando as próprias expectativas, e passados alguns anos, Kant descobre o pensamento transcendental e se vê pouco satisfeito com o resultado alcançado¹⁷⁷ na década de 60. As regras que buscou estabelecer para o método filosófico seriam suficientes do ponto de vista crítico? Elas dariam conta de estabelecer a filosofia no âmbito da ciência? Tudo leva a crer que não. E a síntese prometida para a filosofia na década de 1764 parece ressurgir no horizonte transcendental como factível, e não mais como uma esperança. Se for isso, então podemos esperar na *Crítica da razão pura*, já que Kant retoma o problema do método da filosofia nela, finalmente a consecução da fundamentação da filosofia. Acreditamos que é por isso, que Kant volta à “questão do método” para a filosofia na *Crítica*, e agora a partir do ponto de vista crítico. E o exame que apresentamos aqui deste opúsculo de 64 deve poder iluminar possíveis lacunas no texto crítico da metodologia transcendental que trata da filosofia e da matemática, aparentemente sob a mesma estrutura expositiva, ou seja, em contraposição: de um lado o método sintético da matemática e do outro o método analítico da filosofia¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Paráfrase de Newton. Prefácio à primeira edição dos *Principia – Princípios matemáticos de filosofia natural*.

¹⁷⁷ “Os filósofos traçam o esboço e depois o modificam ou o rejeitam, como é seu hábito”. *Sonhos de um visionário explicados por sonhos da metafísica*. In: *Escritos pré-críticos* (2005), p. 143.

¹⁷⁸ Outra possibilidade, (que nós não iremos examinar) para a volta de Kant ao exame do método da filosofia, pode ser o mesmo que o levou em um primeiro momento a apresentar um método filosófico totalmente diferente do *more geometrico*: para responder à querela entre Leibniz-wolffianos e os pietistas, tal como sugere essa passagem do segundo prefácio da *Crítica*: “(...) a crítica é obrigada, por um exame fundamentado dos direitos da razão especulativa, a prevenir, de uma vez para sempre, o escândalo que iriam causar, mais tarde ou mais cedo, ao próprio povo, as controvérsias em que os metafísicos (e como tais, por fim, também os próprios teólogos) se embrenham, inevitavelmente, sem crítica e que acabam por falsear as suas próprias doutrinas. Só a crítica pode cortar pela raiz o materialismo, o fatalismo, o ateísmo, a *incredulidade* dos espíritos fortes, o *fanatismo* e a *superstição*, que se podem tornar nocivos a todos (...)”. (*KrV*, BXXXIV)

BIBLIOGRAFIA

Obras de Immanuel Kant:

Kants gesammelte Schriften. Herausgegeben von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaft, 23 v.

Correspondência Lambert/ Kant. Introdução, tradução e notas de Manuel J. Carmo Ferreira. – Editorial Presença. Lda., Lisboa, 1988.

Crítica da razão pura. Tradução de Manuela Pinto Dos Santos, Alexandre Fradique Morujão. – 3º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

Crítica da razão pura. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. – Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

Crítica de la razón pura. Tradução Mario Caimi. – 1º ed. Buenos Aires: Cohnue, 2007.

Crítica da faculdade de julgar. Tradução de Fernando Costa Mattos. – Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

Escritos pré-críticos. Tradução de Jair Barboza... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Da utilidade de uma nova crítica da razão pura: resposta a Eberhard. Tradução, introdução e notas: Márcio Pugliesi e Edson Bini. São Paulo, HEMUS, 1975.

Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral (1764). In: *Escritos pré-críticos/ Immanuel Kant*; Tradução Jair Barboza... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Kritik der reinen Vernunft. Hamburg: Meiner, 1967.

Lógica. Tradução do texto original estabelecido por Gottlob Benjamin Jäsche de Guido Antônio de Almeida. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

Les Progrès de la métaphysique. Traduction et présentation par Antoine Grandjean. – Paris: Flammarion, 2013.

Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura. Edições 70.

Prolegómenos a toda metafísica futura que haya de poder presentarse como ciência. (Edición bilingüe). Edición, traducción directa del alemán, comentarios y notas por Mario Caimi – Madrid – España: Ediciones Istmo, S. A., 1999.

Sobre um recentemente enaltecido tom de distinção na Filosofia (1796). Tradução de Valerio Rhoden. – *Studia Kantiana* 10 (2010).

Bibliografia secundária

- BEISER, Frederick C. *O desenvolvimento intelectual de Kant: 1746 – 1781*. In: Kant; Paul Guyer (org). Tradução de Cassiano Terra Rodrigues, 2009.
- CAIMI, Mario. *La metafísica de Kant*. – 1º ed. Buenos Aires: Eudeba, 1989.
- CASANAVE, Abel Lassalle. *Por construção de conceitos*. In: Comentários às obras de Kant: Crítica da razão pura/ Joel Thiago Klein (Org.) – Florianópolis: NEFIPO, 2012.
- CASSIRER, Ernst. *El problema del conocimiento: en la filosofía y en la ciencia modernas (Tomo II)*. Tradução. Wenceslao Roces. – Colombia: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- COHEN, Hermann. *Théorie transcendantale de la méthode*. In: Commentaire de la “Critique de la raison pure” de Kant. Traduit par Éric Dufour. Paris: Les Éditions Du Cerf, 2007. p. 221-244.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. In: René Descartes, Os pensadores xv. – São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1973.
- _____. *Regras para a direção do espírito*. Edições 70.
- ESTEVES, Julio. *O papel da intuição e dos conceitos nas teorias Kantianas da geometria*. *Studia Kantiana* 14 (2013), pp. 34-54.
- FICHANT, Michel. *Espaço estético e espaço geométrico em Kant*. ANALYTICA, Rio de Janeiro, Vol. 4 nº 2, 1999, pp. 11-32.
- GIL, Fernando (Org.). *Recepção da Crítica da razão pura: antologia de escritos sobre Kant (1786 – 1844)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- GRANDJEAN, Antoine. *Critique et réflexion: essai sur le discours kantien*. – Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2009.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling*. – Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Centro de filosofia da universidade de Lisboa, 2003.
- HEIMSOETH, Heinz. *Transzendentaler Dialektik: Ein Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft*. Vierter Teil: Die Methodenlehre. – Walter de Gruyter, Berlin, 1971.

HINTIKKA, Jaakko. *Kant on the mathematical method*. In: Kant's philosophy of mathematics: modern essay. Edited by Carl J. Posy. – Kluwer Academic Publishers, 1992.

LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da metafísica*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. – 2 ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LONGUENESSE, Beatrice. *Kant et le pouvoir de juger: sensibilité et discursivité dans l'analytique transcendantale de la Critique de la raison pure*. Paris: Press Universitaires de France, 1993.

MOORE, A.W. *The Transcendental Doctrine of Method*. In: The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason, 2010.

NEWTON, Isaac. *Principia: Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*. – 1 ed. 1 rempr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

PERIN, Adriano; KLEIN, Joel Thiago. *O conceito de filosofia em Kant: uma tradução e um comentário*. ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 13 nº 1, 2009, p. 165-196.

PIEROBON, Frank. *Kant et les mathématiques*. – Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2003.

PIRES, Marcio. *O método da razão pura em Kant: o filosofar como exercício arquetônico*. Studia Kantiana 17 (dez. 2014): 51-73.

SENEDA, Marcos César. *Conceitos de filosofia na escola e no mundo e a formação do filósofo segundo Immanuel Kant*. KRITERION, Belo Horizonte, nº 119, jun/2009, p. 233-249.

_____. *Conhecimento racional por conceitos (filosofia) e conhecimento racional por construção de conceitos (matemática)*. Estudos Kantianos, Marília, v.6, n.2, p. 45-2, jul./dez., 2018.

SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph von. *Sobre a construção na filosofia*. Tradução Luciano Codato. Cadernos de Filosofia Alemã 7, p. 87-111, 2001.

TERRA, Ricardo. *A arquetônica da razão*. In: Comentários às obras de Kant: Crítica da razão pura/ Joel Thiago Klein (Org.) – Florianópolis: NEFIPO, 2012.

TORRETI, Roberto. *Manuel Kant: Estudio sobre los fundamentos de la filosofía crítica*. Ediciones de la Universidad de Chile, 1964.